



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ACTA N.º 06/X-1º/2009-10

- 1 - Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa de Consumo Piedense, sitas na Rua da Cooperativa Piedense, nº 94, em Almada, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----
  - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
  - 2 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
  - 3 - Período da Ordem do Dia-----
  - 3.4 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre (Continuação):-----
    - 3.4.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010";-----
    - 3.4.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010".-----
  - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afectação do domínio público municipal e a concessão de exploração de duas parcelas e edifício destinados respectivamente a estações de serviço de abastecimento de combustíveis e uma área de serviço para automóveis.---
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro eleitos não se registaram faltas à reunião.-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Domingos José Soares de Almeida Lima; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Henrique Mesquita Pires.-----
- 4 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----
- 4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 21 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO I**).
  - O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 21 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO II**).
  - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com Ausência no dia 21 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO III**).
- 4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:
- O Candidato Exm.<sup>o</sup> Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 21 de Dezembro, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata e por impedimento do cidadão José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme ANEXOS IV e V**).
  - O Candidato Exm.<sup>o</sup> Sr. Henrique Rosa Carreiras, nos termos e para os efeitos do artigo 79<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 21 de Dezembro, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês e por impedimento da cidadã Sr.<sup>a</sup> Cátia Sofia Canelas Gaudêncio e do cidadão Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, (**Conforme ANEXOS VI, VII e VIII**).
  - O Candidato Exm.<sup>o</sup> Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, nos termos e para os efeitos do artigo 79<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 21 de Dezembro, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme ANEXO IX**).
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Almada, Caparica, Charneca de Caparica, Feijó, Laranjeiro e Trafaria, em que para os efeitos da alínea c), do n<sup>o</sup> 1, do artigo 38<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. João Renato Caetano Montalvo, Sr. José Alberto Santos Cabete, Sr. Manuel de Passos Pacheco Simões, a Sr.<sup>a</sup> Ana Luísa Santos Capelo, o Sr. Brás Marco Mira Borges e o Sr. Hernâni Figueiredo da Silva, respectivamente, (**Conforme ANEXOS X, XI, XII, XIII, XIV e XV**).
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1 - Usou da palavra o Exm.<sup>o</sup> Senhor Município Nuno Manuel Fonseca dos Santos Silva, morador na Rua Almerinda Carreira, n<sup>o</sup> 1 r/c Dt<sup>o</sup> Frt. - 2815-737 Sobreda.
- 5.1.1 - O Exm.<sup>o</sup> Senhor Município Nuno Manuel Fonseca dos Santos Silva:
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Eu sou morador na Sobreda e sou representante dos pais da Escola do Alto do Índio e nessa qualidade que eu hoje pedi aqui para falar. Eu gostaria de falar, se for possível de ficar a saber qual é o valor que está, em princípio, calculado no que diz respeito à Sobreda para a Educação. Uma vez que eu faço parte do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Elias Garcia e nesta última reunião em que estive presente



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

foi-nos dado a saber que as verbas existentes são poucas, diminutas e como há várias obras a fazer em especial no Alto do Índio, mas também nas outras Escolas. Uma das minhas perguntas é, qual é a verba que está estipulada para a Sobreda para o Agrupamento de Escolas Elias Garcia. Outra das minhas perguntas seria saber porque razão, uma vez que dei conta que tal está a acontecer, como pais e também como representante dos pais, porque razão está neste momento a ser efectuado uma ampliação de um canil que já existia junto Escola do Alto do Índio que já nos causava bastantes dores de cabeça, principalmente de Verão com animais abandonados e com pulgas e com carraças e coisas do género, gostaria de saber porque razão resolveram nesta altura fazer a ampliação de um canil num sítio daqueles que ainda por cima estão a subir os muros. Dá-me ideia que a Escola se não vai ficar vedada. Quanto propriamente à Junta de Freguesia, da qual sou munícipe também, eu gostaria de saber se já há alguma resposta para dar à população a nível da auditoria que foi feita à Junta de Freguesia, a nível das falhas que parece existir. e que ficámos todos a saber, durante o ano passado. Gostaria de saber se já havia alguma conclusão dessa mesma investigação, não sei se é assim que lhe hei-de chamar, que foi feita à Junta de Freguesia."-----

5.2 - Usaram da palavra em resposta ao Sr. Munícipe a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

5.2.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal-----

"Srs. Deputados Municipais;-----  
Sr. Munícipe, relativamente às questões do Município muito bem, se houver alguém que queira intervir. Relativamente às questões da Junta de Freguesia da Sobreda, fará o favor de se dirigir à Assembleia ou à Junta de Freguesia da Sobreda que é o local próprio. A Assembleia Municipal não tem nem deve ter nada a ver com a Junta de Freguesia ou com o trabalho da Assembleia de Freguesia ou sua acção, são órgão independentes com competências e tutela próprias que não a desta Assembleia."-----

5.2.2 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Queria deixar informação ao nosso Munícipe de que na proposta que esta em discussão para o ano 2010 para intervenção no Parque Escolar, grandes intervenções, beneficiações. Temos 1,3 milhões de euros relativamente a Parque Escolar 1º Ciclo, Jardins de Infância, não estou a falar de equipamentos novos, não estou a falar de ampliações, estou a falar de intervenção no Parque, foi aquilo que o Sr. Munícipe aqui nos perguntou."-----

Em relação ao que diz ser ampliação de canil, não tenho comigo o Vereador que tem esta área, mas o conhecimento que tenho, é que está em curso uma intervenção no sentido de dar mais condições e melhores condições ao Canil Municipal. Não é uma ampliação, mas uma transformação das condições actuais de modo a que todos naturalmente beneficiem desta intervenção, quer quem se situa na envolvente, quer a própria função desse equipamento."-----

6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6.1 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N<sup>os</sup> 07/X-1<sup>o</sup> e 08/X-1<sup>o</sup> de iniciativa da Câmara Municipal e aprovadas em Reunião Camarária de 02/12/2009, sobre "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010" e "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010", (Conforme ANEXOS XLII e XLIII da Acta N<sup>o</sup> 05/X-1<sup>o</sup>/2009-10), (Continuação).-----

6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Sérgio Bastos; Cristina Coelho; José Joaquim Leitão; Carlos Revés; Miguel Duarte; Maria Ermelinda Toscano; Francisco Guerreiro; Fernando Pena; Luis Varela Pais; Sérgio Taipas; António Pedro Maco, o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Vereador José Gonçalves e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal.-----

6.1.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS).-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Em relação às Opções do Plano no seu Eixo n<sup>o</sup> 1, vem descrito no ponto 1.9, "Concretizar o Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo em parceria com os agentes turísticos, constituindo e dinamizando a plataforma de Actores e promovendo a elaboração e a execução partilhada do respectivo Plano Plurianual de Acção". A minha questão sobre o Plano Estratégico de Turismo é a seguinte, a situação que se verifica actualmente na Costa de Caparica, julgo que merece uma intervenção mais concreta, mais agarrada ao terreno e não o que vem descrito neste Plano que, aliás tentei encontrar o Plano Estratégico na Internet, no site da Câmara Municipal, apenas consegui encontrar duas brochuras que sintetizam esse referido Plano.-----

O Partido Socialista julga que é necessário uma intervenção completa para a Costa da Caparica, foi isso uma das questões que nós defendemos no nosso programa eleitoral quando foi a candidatura às eleições autárquicas e num desses eixos estratégicos, nós definíamos um conjunto de intervenções muito concretas a serem efectuadas a curto e médio prazo na Costa da Caparica, propostas estas que julgamos que são de extrema importância para a valorização do turismo na Costa da Caparica. Um modelo por nós preconizado, é um modelo de turismo na Costa da Caparica durante o ano inteiro e não apenas o actual modelo turístico que se verifica que é apenas nos três ou quatro meses de Verão em que há um afluxo de pessoas à Costa.-----

Nós fizemos um conjunto de propostas, com uma piscina oceânica, com um anfiteatro ao ar livre, efectuar um festival de Verão de dimensão nacional na Costa da Caparica. Recordo que em quase todas as áreas de praia neste País há festivais de Verão, festivais musicais, festivais artísticos, isso não acontece aqui na Costa. Recordo que algumas das propostas como a Piscina Oceânica ou Anfiteatro ao ar livre foram aprovadas na Assembleia de Freguesia por todos os eleitos dessa Assembleia. Propusemos também propostas de animação cultural todos os dias durante os meses de Verão e aos fins de semana durante a Primavera e o Outono de forma a que a Costa não fique deserta que é o que se verifica actualmente, fora da época alta, e propusemos também um novo modelo de urbanismo que salvguarde o comércio da Costa que não é o que se está a verificar actualmente. Não concordo, a título de exemplo, aquele edifício que está agora na ponta da Rua dos Pescadores, um edifício que corta perfeitamente a visibilidade e que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

quebra completamente a linha paisagística na Costa da Caparica. A minha questão é a seguinte, este Plano Estratégico tem alguma medida concreta para ser efectuada a curto prazo na Costa da Caparica? Estas propostas que foram aqui enunciadas e que foram aprovadas na Assembleia de Freguesia da Caparica, alguma delas vai ser integrada? Pretendia esclarecimentos sobre esta questão."-----

6.1.1.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Paula Cristina Coelho (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Estamos hoje a apreciar em sessão de Assembleia Municipal o primeiro documento das Opções do Plano e Orçamento de um ciclo autárquico que agora se inicia. Tendo esta intervenção o objectivo de abordar os eixos de desenvolvimento dedicados ao temas da informação, participação, modernização e valorização do serviço público das Opções do Plano e Orçamento para 2010, quer a bancada da CDU começar por salientar que o documento que hoje aqui discutimos decorre, por um lado, do assumir de todos os compromissos eleitorais propostos pela CDU no período eleitoral.-----

No entanto, e porque considera a CDU que Almada é uma terra progressista, uma terra de Abril, e que, neste sentido, o caminho se faz caminhando, com e para todos, este documento incorporou para além do projecto da CDU, um conjunto de sugestões de outras forças políticas, no sentido de dar continuidade à construção de uma Almada desenvolvida, participada e inclusiva.-----

A CDU entende que desenvolver Almada passa pela valorização dos serviços públicos, através de uma gestão pública rigorosa, qualificada, inovadora, potenciadora do desenvolvimento sustentável do território. Incentivando o diálogo nos processos de reflexão e construção da cidade. Facilitando o máximo de informação, incentivando o diálogo com o munícipe e fomentando a participação activa num amplo projecto autárquico de gestão pública participada.-----

No que concerne ao Plano e Orçamento para 2010, que hoje apreciamos, está bem patente esta preocupação da autarquia, considerando que os grandes e os pequenos projectos sejam desenvolvidos e implementados promovendo a interacção com os munícipes, os cidadãos, construindo uma terra com todos e para todos.-----

No âmbito da modernização e valorização do serviço público importa salientar o registo de cooperação da Câmara Municipal de Almada com outros organismos e entidades nacionais e/ou internacionais, participando em redes, campanhas, parcerias, estabelecendo protocolos de colaboração em áreas tão diversas como o ambiente e energia, a cultura e educação, a mobilidade, etc., numa perspectiva de criação de sinergias, de aprendizagem e partilha de experiências e também de afirmação de Almada, e do Poder Local, no contexto regional, nacional e internacional.-----

Neste Plano e Orçamento para 2010 estão ainda patentes um conjunto de dinâmicas que assentam na inovação, na criatividade, no rigor e na melhoria contínua dos serviços, sempre no sentido de melhor servir as populações e valorizar os serviços públicos. Exemplos deste esforço, que importa salientar, no âmbito da melhoria contínua, da qualidade e modernização administrativa são o "Atendimento Municipal Multicanal" que assenta no conceito de Balcão Único com balcões especializados e serviços on-line; a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

implementação do sistema de gestão ambiental EMAS (sistema comunitário de ecogestão e auditoria) e a implementação do sistema eco-compras de bens e serviços.-----

Muitas outras valências destes dois eixos poderiam ser destacados, no entanto a CDU quer fazer uma referência especial à componente indispensável para a valorização dos serviços públicos que são os trabalhadores. Os programas de melhoria das condições de trabalho, o programa plurianual de formação e a manutenção e aprofundamento do programa de saúde e bem-estar no trabalho são factores relevantes para os trabalhadores e colaboradores que compõem a força de trabalho da autarquia de Almada. A valorização das competências profissionais, a motivação das equipas e a dignificação do seu trabalho são essenciais à prestação de um serviço público de qualidade. Neste sentido, a bancada da CDU identifica-se em pleno com o documento que hoje aqui discutimos, pelo que votará favoravelmente."-----

6.1.1.3 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Vou usar a palavra obviamente para analisar o documento que está em cima da mesa, não especificamente no que diz respeito ao seu conteúdo, mas ao processo de que resultou. É meu entendimento e penso que é o entendimento absolutamente firme na LAL que a Vereação é um Órgão Colegial em que obviamente o Presidente, neste caso a Sr.<sup>a</sup> Presidente tem um papel particular, mas em que as decisões são tomadas por voto em que cada eleito tem um voto e em que obviamente os projectos que ganham, as propostas que ganham são aquelas que têm mais votos. Acontece que esta regra que é a regra basilar da democracia só pode funcionar se há possibilidade de o conjunto dos membros do Órgão Colegial se pronunciarem e depois de se pronunciarem se puderem votar as propostas. E a proposta que resulta da votação é a proposta colectiva, e as propostas de aditamento, supressão ou alteração apresentadas, são aprovadas ou rejeitadas em função da votação que obtêm. Acontece que na Reunião de Câmara em que este documento, o documento que está neste momento em apreciação, foi analisado e votado, o Grupo de Vereadores do Partido Socialista apresentou um conjunto de propostas, formalmente apresentadas, foram discutidas e quando se aproximou o momento final de discussão e naturalmente numa Assembleia democrática, num Conselho Colegial ou num órgão colegial, se procederia naturalmente à votação. Acontece que a Sr.<sup>a</sup> Presidente se recusou a permitir a votação invocando o seu papel que tem na condução da reunião. E a pergunta que faço e faço-a desejando uma resposta é que me expliquem qual é que foi a base deste procedimento, e que também esclareçam a Assembleia Municipal sobre onde e quando os Vereadores da Câmara Municipal de Almada podem apresentar propostas, e essas propostas podem e devem ser votadas?"-----

6.1.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Cumpro hoje a esta Assembleia Municipal, nos termos da legislação aplicável, a apreciação, discussão e votação dos Planos de Actividades e Orçamentos da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada para o ano de 2010, bem como dos respectivos Mapas de Pessoal.-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Os documentos ora em apreço por esta assembleia surgem num contexto de transição decorrente das eleições autárquicas de Outubro último, constituindo-se como o início de um novo ciclo autárquico. É na sequência deste facto que, dado o curto espaço de tempo entre a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos e a entrega dos documentos ora em apreciação, nos encontramos perante Planos de Actividades com menos detalhe do que aquele que é habitual ser apresentado.-----

No entanto, e não obstante este facto perfeitamente compreensível já que hipocrisia seria, isso sim, colocar os serviços a trabalhar nestes documentos políticos antes de saber os resultados das eleições autárquicas, tal não significa que o trabalho subjacente à sua elaboração não tenha sido elevado já que, para construir um orçamento é sempre necessário o envolvimento de toda a estrutura hierárquica dos serviços municipais. Este facto, aliado ao já referido pouco tempo para tal disponível, apenas demonstra de forma cabal o estágio de elevado desenvolvimento organizacional que tanto a Câmara Municipal como os SMAS possuem, bem como da elevada competência de todos aqueles que, directa ou indirectamente, participaram na elaboração destas peças previsionais que agora analisamos.-----

E é devido a esta competência que, apesar de tudo, os documentos apresentados são, aliás como desde sempre têm sido, de inquestionável qualidade e rigor.-----

Relevamos, neste momento, esta situação pois é ela que permite ao município encarar o ano de 2010 de forma tranquila, com os seus documentos de gestão aprovados e passíveis de serem aplicados em pleno, evitando, assim, os inconvenientes do trabalho com base em orçamentos por duodécimos que, doutra forma teriam que ser aplicados.-----

Mas para além da qualidade e rigor que apresentam, os orçamentos em discussão demonstram igualmente uma elevada robustez, fruto de uma gestão rigorosa da coisa pública.-----

Esta robustez evidencia-se de variadas formas:-----

- Na sua capacidade de dar resposta a todos os compromissos anteriormente assumidos, sejam financeiros, sejam de funcionamento;-----
- Na ousadia que demonstram, não obstante a conjuntura negativa que ainda hoje se vive, ao não se conformar com o já alcançado, abraçando novos desafios sem que no entanto estes deixem de estar enquadrados orçamentalmente na sua totalidade, garantindo assim a sua realização;-----
- Na sua capacidade, reiterada ao longo dos anos, de libertar Receitas Correntes para financiamento das Despesas de Capital, valores estes que representam 11,8 milhões de euros na Câmara Municipal (16% das Rec. Corr.) e 5,2 milhões nos SMAS (20,5% das Rec. Corr.). Este é, aliás, um facto elucidativo da constante preocupação dos executivos municipais com a racionalização das despesas correntes, sem que apesar disso se ponha em risco o normal funcionamento dos serviços, por um lado, e, por outro, se cumpram cabalmente os compromissos de honra assumidos perante os trabalhadores de pagamento atempado e sem falhas das suas devidas remunerações, e perante os fornecedores de pagamento das suas facturas dentro dos prazos;-----
- No baixo nível de endividamento líquido do Município, de apenas 26%, que demonstra uma clara solidez financeira, não onerando as gerações futuras pelas decisões do presente, em nítido contraste com outras



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

realidades (veja-se por exemplo o grande desequilíbrio das contas públicas de Portugal, a nível do Poder Central, que leva a constantes aumentos do endividamento do país, o último dos quais com o há pouco tempo aprovado orçamento supostamente “redistributivo”, no valor de 5 mil milhões de euros);-----

- Evidencia-se, igualmente, na sua “independência” face às transferências do Orçamento do Estado. Esta independência, ainda que desejável sempre, acontece, no entanto, num contexto de uma participação diminuta da Administração Local nos impostos do Estado (como aliás foi amplamente reconhecido pelos municípios portugueses no seu último congresso), nomeadamente no que concerne às transferências de capital, que no ano de 2009 ascenderam a apenas 2,5 milhões de euros (7,1% das receitas de capital totais). Dado que o Orçamento do Estado ainda não foi apresentado, prevê-se uma verba idêntica para 2010, na esperança de que a tendência de decréscimo, ainda que ligeiro, que assistimos de 2008 para 2009 não se venha a confirmar outra vez.-----

Porém toda esta robustez e solidez financeira de nada valeriam se não fossem postas à disposição daqueles que são a preocupação principal do Poder Local Democrático saído de Abril — as nossas populações e os nossos trabalhadores.-----

E também aqui estes documentos se destacam, nomeadamente pelas preocupações sociais que neles estão patentes. De facto as funções sociais adquirem, à semelhança do que tem sido a prática constante no Município de Almada, uma importância primordial com um peso de 62% no total dos investimentos municipais da Câmara Municipal.-----

Mas não se ficam por aqui. Também é patente uma clara preocupação social para com todos aqueles que, no seu dia a dia de trabalho, contribuem activamente para tomar este concelho cada vez mais desenvolvido. Desde logo pela consideração da aplicação da opção gestionária a todos os trabalhadores que, no ano de 2010, reúnam os requisitos exigidos pela Lei. Mas também, e referindo-nos aos SMAS, pelo arrancar da remodelação das Oficinas Gerais que, para além dos consequentes ganhos de eficácia e racionalização de custos, proporcionará melhores condições de trabalho a todos os que aí desenvolvem a sua acção.-----

Estas preocupações sociais, no entanto, transvazam inclusivamente estes documentos orçamentais agora em discussão. Também os próprios mapas de pessoal da CMA e dos SMAS as demonstram com o prosseguimento de uma política de recrutamento fortemente enraizada nas modalidades de contrato por tempo indeterminado, apenas se recorrendo a outras formas de recrutamento em casos específicos e excepcionais, onde se pode referir a título de exemplo a limpeza das matas contra os incêndios, respeitando sempre, e de outra forma não poderia ser, as disposições legais aplicáveis.-----

Em conclusão, estamos perante Planos de Actividades e Orçamentos que demonstram sem margem de dúvidas uma situação económico-financeira estável, com elevado grau de consolidação, que permite encarar o futuro com confiança, sem medos. São fruto de um trabalho eficiente e competente de Eleitos e Trabalhadores, os quais a bancada da CDU saúda pelo excelente resultado alcançado.-----

Tem sido esta a postura da CDU na Autarquia de Almada.-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Uma postura de Trabalho, Honestidade e Confiança. Uma gestão séria e responsável sempre em prol dos Almadenses e com os Almadenses.-----

Será sempre esta a postura da CDU em Almada!!-----

6.1.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Presidente permita-me antes que entre no ponto da discussão deste documento que informe a Assembleia de um aspecto muito importante para o nosso Concelho, que tem a ver com o seguinte, vai haver de 19 a 27 de Março de 2010, em Braga um Torneio Internacional de Andebol promovido pela Federação Internacional de Desporto Escolar. Esse Torneio tem 48 selecções e Portugal está representado por duas, uma masculina, outra feminina. A representação feminina é da Escola Secundária Adolfo Portela que é uma Escola do Norte, peço desculpa mas não sei qual é a localidade, e a masculina é a Escola António Gedeão. A Escola António Gedeão que foi apurada, é uma Escola que tem grande parte dos seus alunos uma participação muito interessante do Ginásio Clube do Sul, portanto alunos na Escola e que são da Escola do Ginásio Clube do Sul, e julgo que é um aspecto muito importante para o Concelho de Almada, em 48 selecções dos vários países do mundo uma delas é da Escola António Gedeão, do nosso Concelho."-----

Depois gostava de falar então sobre porque é que estamos aqui. E começando por um aspecto do Plano que é no ponto 1.4 em que se diz: "Garantir o máximo de apoio técnico às Associações de Proprietários, incrementando e dinamizando os processos de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), no quadro de uma política baseada no princípio da equidade e justiça social no tratamento dos cidadãos do Concelho, já traduzida em numerosos processos e relevantes resultados no território Concelhio".-----

Eu gostaria que depois a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara traduzisse o que é que isto quer dizer. Porque é importante a gente saber o que é que isto significa. Porque mais ou menos isto é o texto que vem nos outros Planos de Actividade. E a verdade, a realidade, aquilo que encontramos no dia-a-dia é que há inúmeras, as Associações, e as reconversões estão todas por fazer. Há situações que decorrem há vinte anos a esta parte. O apoio àquilo que é indicado é que é praticamente nulo da Câmara Municipal para resolver estes problemas, importava hoje de uma vez por todos que a Sr.<sup>a</sup> Presidente fizesse o favor de informar a Assembleia em termos concretos o que é que efectivamente este texto que está aqui no ponto 1.4 significa para que as pessoas possam ter alguma esperança, de ver resolvidos os seus problemas das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.-----

Depois continuando, gostava também de referir um aspecto que foi aqui trazido na última Assembleia que teve a ver com as questões da limpeza urbana e que enfim, foi objecto aqui de uma Moção profundamente discutida e que teve aqui a votação nesta Assembleia. Uma Moção que se traduziu por metade da Assembleia com um ponto de vista relativamente ao estado da limpeza do Concelho e outra metade com outro ponto de vista, enfim, compreendendo-se por razões de solidariedade que tivesse que rejeitar a Moção que foi aqui apresentada, mas também naturalmente não caíram em sacos rotos as referências que foram feitas por parte da bancada que apoia a maioria sobre as preocupações que têm no que diz respeito



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

à limpeza urbana. E então diz-se no ponto 2.12 - "Implementar o Plano de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública, aperfeiçoando e adequando os sistemas de limpeza, através do reforço e modernização dos equipamentos operacionais e da optimização de modelos de gestão que respondam com eficiência e eficácia ao objectivo de manutenção da qualidade do espaço público". Também era bom que sobre este texto que aqui está, já agora importava dizer que em todo este Plano de Actividades, aquilo que é dedicado, há que ter em conta, são dedicados duzentos e cinquenta e quatro caracteres, ou seja, em todo este Plano relativamente a isto, tem apenas um pequeno parágrafo e tem duzentos e cinquenta e quatro caracteres. E sobre isto nós gostaríamos naturalmente de saber o que é que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara pensa sobre isto, o que é que significa implementar o Plano de Recolha, quais são os investimentos que estão previstos para esta área, o que é que se pensa efectivamente apoiar as Juntas de Freguesia sobre a limpeza urbana, porque no que diz respeito à limpeza pública toda a gente percebe que essa tem que ser um sistema centralizado, mas no que diz respeito à limpeza urbana, é importante que se saiba se na verdade a Câmara está ou não está de uma vez por todas interessada na descentralização definitiva para as Juntas de Freguesia para aquelas que estão interessadas em vir a receber a recolha urbana, e por isso era interessante que hoje aqui nesta Assembleia nós soubéssemos quais eram as intenções da Câmara sobre esse aspecto. Até porque também importa dizer o seguinte aos Srs. Deputados Municipais. Esta questão da limpeza, por muito que se limpe nunca está limpo, também é importante que se diga isto. E se nós considerarmos três níveis de satisfação, o excelente, o óptimo e o bom, o excelente está a mais, o óptimo nem pensar e o bom pode-se tendencialmente continuar para lá mas também é difícil de atingir, porque por muito que se limpe nunca está limpo. E houve aqui quem falasse já não me recordo quem, naquilo que é e que deve ser (foi o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda), aquilo que deve ser a sensibilização relativamente à limpeza, a sensibilização é uma questão que tem a ver com todos os dias e que ultimamente nós não temos verificado. A sensibilização tem que ser feita permanentemente nas escolas, no dia-a-dia onde quer que seja para que as pessoas tenham em conta que esta questão da limpeza é um problema de todos. E era bom que nos placares que se vê na Cidade, enfim, a Nossa Terra, Terra Amada, se pusesse também e que aproveitasse esses cartazes para que efectivamente se referisse a esta questão da limpeza. Houve em determinadas alturas campanhas que depois não tiveram continuidade, relativamente "Deite o Lixo no Lixo", "Não queremos que limpe, Queremos é que não suje" e julgo que estes slogans deviam de continuar para as pessoas continuarem a ter sensibilidade relativamente à limpeza.-----

Aproveitava agora de seguida para referir dois aspectos que era minha intenção referi-los na altura da informação da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, mas por razões que todos conhecemos não foi possível. Gostava de referir aqui uma questão que tem a ver com a Escola de Vale Rosal, na Charneca de Caparica e nomeadamente com os acessos à Escola. Dois aspectos, um primeiro aspecto que é a entrada da Escola que foi uma solução mal conseguida, deveria ter uma forma de rotunda para que as pessoas quando deixam os filhos terem uma circulação fácil, tem uma forma de Praceta que é uma confusão todos os dias, quem lá vai deixar as crianças na Escola, e era importante, eu queria deixar aqui este aspecto à



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara para que este problema fosse resolvido rapidamente. Aliás, a Junta da Charneca já fez algumas comunicações nesse sentido, mas uma vez que a situação está como está, julgo que tenha caído em saco roto. Um outro aspecto tem também a ver com os acessos e nomeadamente os acessos a partir da Quinta Nova na Estrada da Bela Vista, em que é um perigo constante e permanente das crianças que vão para a escola. É bom que se resolva este problema rapidamente para que depois de hoje, amanhã, não venhamos a pôr trancas na porta quando arrombarem a porta, ou seja, quando morrer alguma criança ou alguém, então venhamos a resolver o problema dos acessos. Os acessos não têm condições, quem parte da Quinta Nova, não há um passeio para que as crianças vão para a escola, quando passam dois autocarros é um perigo eminente e era bom que este aspecto fosse considerado e fosse resolvido rapidamente.-----

Uma outra situação, tem a ver com os SMAS. Sr. Presidente dos SMAS, como o Sr. agora iniciou funções, eu deixava-lhe aqui uma situação que é uma situação que não foi resolvida e que é de certo modo absurda, que tem a ver com a cobrança da água nas Juntas de Freguesia. Não sei se o Sr. Presidente sabe, a cobrança da água nas Juntas de Freguesia, as pessoas não podem pagar por Multibanco, têm que levar dinheiro ou cheque o que é uma coisa hoje, nos tempos que correm completamente inaceitável e incompreensível. O que significa para além disso é que as pessoas dos SMAS que lá estão para cobrar a água e aquelas que não são dos SMAS, são das Juntas, têm que depois ir depositar o dinheiro ao Banco. E há algumas pessoas que levam dois e três mil euros no bolso para ir depositar ao Banco. Hoje com os riscos que se corre neste aspecto, era importante para de hoje, amanhã não termos um problema desta natureza das pessoas serem assaltadas. Há pessoas da Junta que têm medo e que vão no seu automóvel até ao Banco para levar o dinheiro, era bom que este problema fosse resolvido rapidamente e é uma coisa que penso que é extremamente simples, enfim pôr Multibanco na Junta de Freguesia para que para além da comodidade das pessoas pagarem através do Multibanco, evitasse que o funcionário corresse o risco da sua própria integridade e do roubo do dinheiro e nalguns casos ainda é uma distância considerável, e isto é uma coisa que pode ser perfeitamente evitável. Era uma sugestão que aqui deixava, na certeza, certamente que vai anotar isso para pôr isso em prática, porque é em todos os aspectos de inteira justiça que isso se faça."-----

6.1.1.6 - O Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
A minha intervenção vem no seguimento da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Ermelinda Toscano e de um documento que fez distribuir e que julgo justifica algumas palavras a esta Assembleia. A primeira questão é naturalmente partilhar convosco a experiência que tenho de Vereador de Recursos Humanos, fui no primeiro mandato e estou novamente a ser, e do meu ponto de vista gerir recursos humanos é uma tarefa aliciante mas naturalmente complexa porque estamos a falar de pessoas e desse ponto de vista cada pessoa tem as suas particularidades, a sua especificidade e deve ser tratado com respeito e naturalmente tem que existir um conhecimento próximo dessa realidade. Aqui em recursos humanos os papéis não podem nunca ser mais que instrumentos e naturalmente nunca podem ser fins em si próprios.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A Câmara de Almada do meu ponto de vista tem uma política de gestão de recursos humanos clara, transparente, conhecida e gere os recursos humanos com proximidade. Essa proximidade desde logo assegurada pelos eleitos que têm esta área de intervenção, sempre os eleitos dos recursos humanos na Câmara de Almada atenderam os funcionários municipais, sempre conheceram cada um e todos os dossiers que têm tramitação nos recursos humanos. Os dirigentes e um conjunto de estruturas que por economia de tempo vou apenas enunciar e que do meu ponto de vista são claramente instrumentos, estruturas que dão consistência a uma gestão de recursos humanos como a que desempenhamos. Num Serviço de Saúde Ocupacional com vinte anos e de referência penso Nacional e Internacional, uma Comissão de Segurança Higiene e Bem-Estar no Trabalho, com uma prática paritária de trabalho que é merecedora de ser conhecida e com resultados diários na forma e nas condições de trabalho na nossa Câmara Municipal que vale a pena conhecer, uma Divisão Social integrada nos Recursos Humanos, com a gestão de equipamentos e apoios sociais aos trabalhadores do nosso Município, como todos sabemos com resultados também significativos, exemplares em muitas áreas desde logo no acompanhamento aos filhos dos trabalhadores. Com um Vereador de ligação às organizações representativas dos trabalhadores e sempre mantendo um regular e permanente contacto com a Comissão de Trabalhadores, com os Sindicatos e nos Sindicatos, todos eles, mas especial naturalmente com as duas Comissões Sindicais. É prática permanente de trabalho com estas estruturas. A título de exemplo queria dizer que o Mapa de Pessoal que está a discussão na Assembleia Municipal foi por mim discutido com a Comissão Sindical e com a Comissão de Trabalhadores. A Sr.<sup>a</sup> Deputada traz aqui desde logo algumas referências ao SIADAP, à Lei da Organização dos Serviços Autárquicos, bom e eu queria-lhe dizer que do meu ponto de vista não só estamos perante legislação nova, legislação de Setembro e Outubro, o que numa Câmara com a nossa dimensão e a nossa responsabilidade naturalmente exige trabalho e reflexão, esta legislação é feita de carácter nacional, não é feita a pensar em Almada e muitas das vezes é desajustada relativamente às realidades que temos em cada um dos Concelhos. E claramente não é nas Opções do Plano que se pode debater a resolução da aplicação desta legislação. Seja o SIADAP, seja já a Lei de Organização dos Serviços Autárquicos. Portanto desde logo esta tem como objectivo estar implementada em Dezembro de 2010. Naturalmente se for preciso na sua concretização alterar qualquer instrumento aprovado pela Assembleia Municipal, voltará cá a sua alteração, a sua proposta de alteração. Se o Mapa de Pessoal tiver que ser adaptado, naturalmente não teremos qualquer problema em trazer a sua adaptação à Assembleia Municipal. Agora claramente não é o momento nem nas circunstâncias em que estamos nem em quaisquer outras circunstâncias, mas nestas muito menos, nós tivemos eleições em Outubro como todos sabemos, tomámos posse em 30 de Outubro, estivemos a construir as Opções do Plano e simultaneamente estamos a trabalhar no SIADAP a projectar, a consagrar, a pensar, mas não era nesta data que podíamos estar aqui, nem neste âmbito que podíamos estar aqui a aprovar qualquer medida relativamente à sua implementação. Não deixo também de relativamente às questões colocadas regularmente, hoje a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal, de estranhar que a Sr.<sup>a</sup> Deputada defenda da forma que faz, à letra, defenda com esse empenho tão grande o SIADAP e esta legislação nacional. É que eu nunca ouvi



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a Sr.<sup>a</sup> Deputada falar, dizer o que pensa sobre o SIADAP, e eu quero-lhe dizer que o SIADAP é para os trabalhadores um mau instrumento, e só não é tão mau porque tem administrações municipais como a administração municipal de Almada, que faz tudo, faz das tripas coração para de facto ele ser um instrumento o menos mau possível. E desse ponto de vista aplicar legislação nacional desadequada desmotivadora dos trabalhadores à nossa realidade. E com o envolvimento de todos os eleitos, os eleitos em Almada estão nas Comissões de Avaliação e conhecem os processos e intervêm nos processos. E estamos a preparar o SIADAP 3, é evidente que estamos, mas eu queria chamar a atenção dos Srs. Deputados que o SIADAP 3 é um grande desafio e eu acho que o legislador esteve mal quando indicou as datas que indicou para a sua entrada em vigência. E se uma Administração não ponderar as implicações dessa legislação e dessas decisões que à pressa tome decisões, os prejudicados vão ser os trabalhadores, não vai ser mais ninguém, são os trabalhadores que vão sofrer na pele. Ora nós temos obrigação de ponderar as decisões que tomamos e temos obrigação de discuti-las com as estruturas representativas dos trabalhadores, de discuti-las em todos os âmbitos e só depois de maduras as decidir e as aplicar. E isso eu penso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada compreenderá e estará connosco nessa reflexão e nesse cumprimento, e portanto eu queria deixar-lhe o apelo para que não leve à letra da Lei tão à letra, para que pense em cada momento que por detrás de uma decisão destas estão pessoas. Pessoas concretas, pessoas que têm o seu posto de trabalho que podem deixar de o ter, pessoas que têm uma carreira e que nós temos que ser sensíveis aos seus problemas. Portanto, queria apelar à sua compreensão. Queria também fazer-lhe uma sugestão pessoal, a de que em próximos documentos tivesse uma especial atenção à forma como os redige e à forma como conclui relativamente a factos que naturalmente não tem o conhecimento todo e de que me parece que estando num órgão de fiscalização política não pode assumir outras competências nomeadamente de aplicação de direito. E neste documento diversas vezes a Sr.<sup>a</sup> Deputada, aliás espalha com frequência relativamente a factos que dá como conclusivos, como demonstrados, enfim, classificações como violação, ilegalidade, irregularidade, prepotência, desrespeito, e cúmulo dos cúmulos conclui em determinado facto que configura "claro abuso de poder". Ora, Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal, se levarmos a sério o que disse, isto é muito grave, e portanto eu dou-lhe o benefício, que a Sr.<sup>a</sup> não tem dado à Câmara, dou-lhe o benefício de não ter pesado o termo que usou, e portanto queria-lhe a título pessoal, solicitar que pondere melhor relativamente à forma como redige estes documentos. Porque eu até admito que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal ponha a dúvida, será que há um ilícito, será que há uma violação, talvez configure uma irregularidade, a ser assim isto possa ter determinadas consequências, agora julgar parece-me um bocadinho despropositado. Bom, depois deve conceder, à Câmara, aos Serviços dos Trabalhadores do Município, deve conceder a possibilidade de estar a cumprir a Lei. E portanto acho que uma Câmara como a nossa, com um Departamento de Recursos Humanos, com técnicos de muitos anos de trabalho em recursos humanos, com eleitos que estão próximo dos dossiers e que conhecem os dossiers, com um percurso em que não é de ilegalidade, eu acho que a Sr.<sup>a</sup> Deputada faria bem se nos concedesse pelo menos em teoria a possibilidade de estarmos a cumprir a Lei e a Sr.<sup>a</sup> Deputada estar a ver mal e não ter os dados todos para apreciar o que desconhece. E depois queria-lhe



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dizer que como sabe, a Lei das Autarquias Locais impõe ao pessoal dirigente que informe e informe da conformidade com a Lei. E portanto os nossos eleitos, os eleitos das Câmara Municipais, não tomam decisões em cima de documentos que não estejam instruídos e essa instrução é feita por técnicos que assumem responsabilidades da sua verificação. E os eleitos despacham em cima dessas informações. E há claras responsabilidades relativamente à hierarquia dos serviços e portanto eu queria também apelar a que pensasse um pouco sobre isso e avaliasse um pouco sobre isso.-----

Por outro lado, e para terminar, o Poder Local todos sabemos tem um principio que é o da autonomia, mas também sabemos que há tutelas e desde logo tutelas inspectivas e são muitas as entidades que verificam da conformidade legal relativamente a muitos dos actos, e são muitas essas entidades. A titulo de exemplo, o Tribunal de Contas, a IGAL, a IGF e muitas outras. Mas também há um conjunto de outras entidades que não tendo propriamente tutela inspectiva verificam e tomam conhecimento dos actos e muitas das vezes podem identificar ilegalidades ou não, ou susceptibilidade de ilegalidades.-----

Queria-lhe dizer que a Provedoria de Justiça que é cada vez mais uma entidade interveniente na relação entre os cidadãos e a administração pública, mas também os tribunais, há muitos recursos a tribunais, naturalmente, desde logo todos os oponentes de um concurso têm o direito de recorrer para outras instâncias e muitos deles fazem-no e ainda bem que o fazem em defesa dos seus direitos. Mas também já falei aqui dos Sindicatos. Os Sindicatos têm na defesa dos direitos dos trabalhadores uma intervenção permanente e ao fazerem-no verificam naturalmente da legalidade ou da ilegalidade de muitos actos. Do desrespeito ou respeito por muitos dos actos. E quando percebem que por ventura está ali algum acto menos fundamentado recorrem também aos seus meios de defesa desses direitos colectivos ou individuais. E portanto, eu concluía solicitando à Sr.<sup>a</sup> Deputada e descansando-a relativamente aos procedimentos, solicitando que confie mais nos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, nos dirigentes dos Recursos Humanos e nos eleitos da sua Câmara Municipal."-----

6.1.1.7 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Vou ser muito breve, aliás só quero fazer uma pergunta. Se tudo o que eu escrevi não está correcto expliquem-me apenas este pormenor. A Assembleia Municipal, órgão competente para aprovar o Mapa de Pessoal para 2009, aprovou um Mapa com determinadas dotações. A Câmara Municipal abriu diversos procedimentos concursais à revelia das dotações desse Mapa, não se trata aqui de desconfiar dos trabalhadores, nunca dos trabalhadores que sobretudo são os principais visados, de alguns dirigentes, da sua competência técnica aí já coloco as minhas dúvidas. E gostava que me dissessem qual era a disposição legal que permitiu abrir procedimentos concursais à revelia das dotações do Mapa de pessoal que não as tinha. É que não são um lugar ou dois, nem três, nem quatro, são dezenas de lugares."-----

6.1.1.8 - O Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Apenas para complementar então mais alguma informação ainda relativamente à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ermelinda Toscano. Eu como Presidente dos SMAS faço questão de transmitir aos





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

trabalhadores dos SMAS a decisão que a nossa Assembleia Municipal aqui tomou na passada quinta ou sexta-feira de reconhecimento do trabalho dos trabalhadores dos SMAS e da sua condição, e da mesma forma naturalmente transmitirei que há pelo menos um Deputado Municipal que relativamente a dirigentes dos Recursos Humanos tem dúvidas sobre as suas competências e a sua capacidade. Mas eu para além dessa informação queria também dizer à Sr.ª Deputada Ermelinda Toscano, que naturalmente não há decisões à revelia de Mapas, e qualquer decisão que tenha sido tomada é no âmbito da gestão dos recursos humanos que referenciei e é em cima de informações técnicas e de pareceres jurídicos. Nunca numa situação de abertura de qualquer procedimento ou de qualquer interpretação da Lei, é feita sem intervenção de vários níveis de informação técnica, informação dos dirigentes e pareceres jurídicos. E portanto a Sr.ª Deputada vai receber respostas aos requerimentos e eu penso que vai ajudá-la a perceber melhor o enquadramento. O que naturalmente é pena, são as circunstâncias mas é assim, é que tenha concluído ainda sem ter toda a informação, mas penso que depois de a conhecer ficará mais capacitada para fazer a sua avaliação."-----

6.1.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar a Câmara Municipal bem como os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, pela forma como os respectivos documentos referentes às Opções do Plano para 2010, estão estruturados; tanto pela sua clareza como pela sua objectividade.-----

Ao analisar os referidos documentos, é com grande satisfação que verificamos, não só, uma marcada continuidade nas preocupações ambientais por parte do município; como também uma clara aposta no reforço de um modelo de Desenvolvimento cada vez mais Sustentável, através da ênfase que é dada às questões da Eco-Eficiência.-----

Gostaria de salientar alguns pontos que me parecem bastante importantes e que vão de encontro à implementação deste modelo de desenvolvimento, assumido à muito pela Câmara Municipal de Almada, em que o Ambiente e a Sustentabilidade são encarados como um dos grandes Pilares de Desenvolvimento do Concelho;-----

Começo por me referir ao desenvolvimento da Agenda Local 21 de Almada, com base nas recentes estratégias nacionais e internacionais no domínio da sustentabilidade;-----

Também ao nível das alterações climáticas, algumas medidas merecem ser destacadas, tais como: O desenvolvimento da componente de mitigação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas de Almada, no quadro do Pacto dos Autarcas, subscrito pelo Município, e das metas de redução aí preconizadas; A manutenção do Observatório Local das Emissões de Gases com Efeito de Estufa a partir da matriz energética, para definição de medidas de redução das emissões; A avaliação de vulnerabilidades do território e a elaboração de Mapas de Risco, que integrem instrumentos de planeamento urbanístico e que permitam uma correcta adaptação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas, à realidade do nosso território.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

No que concerne às questões mais directamente ligadas à Biodiversidade, não poderia deixar de referir algumas medidas contidas neste documento, que me parecem bastante relevantes. Começo por destacar a inventariação das comunidades biológicas no concelho, através da realização de estudos de biodiversidade, caracterização da fauna e flora e da avaliação da qualidade ambiental por biomonitores, dando especial ênfase à monitorização da qualidade ecológica da frente ribeirinha e atlântica e o desenvolvimento do projecto “BioMonit” (Monitorização Ecológica do Estuário do Tejo na Frente Ribeirinha Sul).-----

Reveste-se também de particular importância, o desenvolvimento de um Plano de Acção Local para a Biodiversidade; plano esse que diagnostique os condicionantes à diversidade biológica, bem como as estratégias locais para a sua promoção.-----

Outra iniciativa que me parece bastante importante tem a ver com a produção de material biológico a utilizar no apoio a iniciativas de renaturalização das dunas costeiras litorais; A criação de um viveiro de plantas dunares, permitirá não só contribuir para a prevenção da erosão costeira, como também dará um contributo importante para a manutenção e incremento da Biodiversidade, assente essencialmente em espécies autóctones.-----

Gostaria também de deixar aqui uma nota de destaque para o fomento da actividade agrícola no território. Se por um lado se preconiza o desenvolvimento de uma proposta de Rede de Parques Agrícolas Urbanos a partir da Estrutura Ecológica Municipal, no qual as práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis sejam incentivadas e, conseqüentemente se consiga uma revalorização do espaço rural do concelho;-----

Também não poderemos ficar alheios a projectos como a criação da Quinta Biológica de Almada, a qual se reveste de singular importância, uma vez que, aliará a vocação de exploração agrícola deste equipamento, com a vertente de demonstração de tecnologias de utilização racional de energia, nomeadamente de energias renováveis; e possibilitará, através da utilização de critérios de eficiência energética e ambiental; avaliar a possibilidade de instalação de sistemas de microgeração na concepção da Casa da Quinta e respectivas dependências agrícolas, que deverão constituir a Casa da Energia.-----

Uma nota de agrado, também para a ampliação prevista da Rede de Parques e Jardins Municipais, com o desenvolvimento das diligências necessárias à criação de novos equipamentos, nomeadamente do Jardim Urbano do Monte de Caparica, Parque Jardim Urbano da Trafaria, Parque Jardim Urbano do Pragal, Jardim da Béla Vista, Parque Urbano do Fróis; sem no entanto esquecer a manutenção e melhoria dos equipamentos já existentes, através do reforço do número de árvores e áreas verdes com recurso a espécies autóctones, adaptadas às condições edafo-climáticas e com menores exigências de manutenção, promovendo sempre que possível a formação de corredores verdes integrados no espaço urbano; a par da concepção de um Sistema Integrado de Parques Verdes no eixo territorial da Cidade dos Vales, onde a valência desportiva ligada à Natureza e o Eco-Turismo possam ter especial importância, incorporando as valências pedonais e cicláveis; o qual se pretende que constitua uma reserva genética do potencial ecológico de Almada.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em matéria de resíduos, de referir a implementação do Plano de Recolha de RSU e Limpeza Pública, com o aperfeiçoamento dos sistemas de limpeza, através do reforço e modernização de equipamentos e optimização de modelos de gestão que respondam com elevado grau de eficiência e de eficácia, à manutenção da qualidade do espaço público. Ainda nesta matéria, de salientar a criação de uma Rede Municipal de Oleões, que permita a valorização energética e transformação de óleos alimentares em bio-combustíveis.-----

De referir também, a implementação de uma Estratégia Local de Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade, através da realização de acções, projectos e campanhas, que motivem e mobilizem a comunidade para a salvaguarda do património natural; para o consumo sustentável; para a eficiência energética; para o uso de energias renováveis; para a reciclagem de resíduos; para a mobilidade sustentável; para a agricultura urbana, para as alterações climáticas; bem como para outros indicadores de sustentabilidade.-----

Estas medidas, no seu conjunto, permitirão desenvolver a qualidade ambiental e paisagística de Almada, tendo por base a sua identidade territorial, assente no Rio Tejo e na Frente Atlântica; assegurando uma relação saudável entre a comunidade e o ambiente, tendo por base a educação e a sensibilização ambiental dos cidadãos.-----

Com base na consolidação da estrutura ecológica municipal, na salvaguarda das funções biofísicas do território, na utilização racional e eficiente dos seus recursos naturais, na redução de impactes ambientais e energéticos dos seus ambientes construídos; o município de Almada, através das suas opções do plano para 2010, contribuirá seguramente para a melhoria significativa da qualidade de vida dos Almadenses; salvaguardando, ao mesmo tempo, a integridade do Planeta.-----

No que se refere aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e atendo a que se encontra assegurada a infra-estruturação básica municipal do ciclo urbano da água - abastecimento, drenagem e tratamento de efluentes — a sua actuação incidirá prioritariamente sobre o reforço da qualificação do serviço a prestar à comunidade, através da aposta na modernização dos serviços e na valorização e sustentabilidade ambiental.-----

A Gestão Sustentável da Água, aliada à prestação de um serviço público com níveis de excelência, permitirá renovar continuamente as origens da água, cuidando ao mesmo tempo das origens já existentes; possibilitará otimizar o grau de operacionalidade e fiabilidade do sistema de adução, armazenamento e distribuição de água; permitirá garantir a qualidade da água fornecida; Também contribuirá para a cobertura integral do Concelho pelo sistema de drenagem de águas residuais, bem como para o alargamento da capacidade de resposta do sistema de drenagem de águas pluviais; assegurará a Gestão do sistema público de tratamento de águas residuais; assim como reafirmará a prossecução de uma gestão pública solidária, eficiente e transparente através da prestação de um serviço público com níveis de excelência, garantindo, simultaneamente, a transparência e a proximidade aos cidadãos e aos munícipes.-

O alcance das propostas contidas nas “Opções do Plano para 2010”, trazidas aqui pela Câmara Municipal e pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, estende-se muito além do horizonte de um ano



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de actividade, contribuindo fortemente para que o futuro do nosso concelho seja marcado por um desenvolvimento que se quer sustentável, não só ao nível da prosperidade económica e da equidade Social, como também do ponto de vista da protecção dos valores ambientais."-----

6.1.1.10 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos no Órgão Deliberativo que é a Assembleia Municipal, para apreciar a proposta da Câmara Municipal relativamente às Grandes Opções do Plano para 2010. Competências próprias da Assembleia como competências próprias estiveram na Câmara para elaborar, apreciar e decidir sobre o documento que remeteu ao Presidente da Assembleia Municipal para merecer a competente apreciação e decisão do Órgão Deliberativo que é a Assembleia Municipal.-----

Srs. Deputados Municipais que até agora fizeram a sua intervenção deixaram algumas perguntas pontuais às quais gostaria de dar alguma resposta. Ontem foi feita a pergunta relativamente ao Eixo 1, ponto 1.2 sobre a conclusão e a iniciação de gestão de instrumentos de gestão territorial. O que quer isto dizer? Quer dizer que há um conjunto de Planos de natureza diversa que estão em curso, de elaboração, que depois de aprovação pela Assembleia Municipal, depois de elaborados, concluídos, serão objecto de apreciação e decisão da Assembleia Municipal e que após a competente decisão e publicação em Diário da República, passam a servir como instrumento para a transformação do território para a gestão do território. O que se pretende então é que como orientação para os serviços, é que todos os instrumentos identificados neste ponto, sejam concluídos e se inicie a gestão após a respectiva entrada em vigor. Há esta orientação clara. Estamos a falar de orientações gerais e nesse caso relativamente ao planeamento. Depois em relação aos parques de estacionamento o que nós no eixo 3 sobre o estacionamento, o estacionamento referimos, é que como orientação geral para estes anos, é necessário desenvolver a rede de estacionamento, alargando a oferta de uso público, e a oferta de uso público, quer dizer muito mais do que exclusivamente os parques feitos pela própria Câmara através do Urbanismo é possível intervir para que hajam parques de uso público que não sejam propriedade do Município, mas também que hajam parques do uso público municipais. E diz-se que o desenvolvimento desta rede deve ser feito adoptando regulamentos e tarifários adequados à sua função, no que diz respeito aos parques de estacionamento municipais de uso público. E portanto isto quer dizer que há muito trabalho para fazer e que já começou. Nós temos em mãos, em fase de conclusão vários parques de estacionamento subterrâneos e naturalmente para eles é preciso um Regulamento para a sua gestão, é preciso a definição de um tarifário e é preciso salvaguardar que essa gestão responda eficazmente aos usos diversos a que devem responder. Como também em relação a parques à superfície naturalmente que vamos continuar a avaliar e a regulamentar outras novas áreas, avaliar as existentes, a regulamentar outras novas áreas que vão alargar a oferta no nosso Concelho.-----

Queria também como resposta pontual dizer que o orçamento previsional de despesa corrente obedece a dois princípios orientadores para a sua elaboração. O primeiro tem a ver com os compromissos contratuais que existem e portanto o orçamento da despesa deve acautelar por inteiro os compromissos contratuais



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

existentes. E a segunda orientação tem a ver com a contenção da despesa de funcionamento. Conter a despesa de funcionamento aos níveis de 2009. E portanto os técnicos que elaboraram o orçamento da despesa respeitaram esta orientação e daí que o orçamento de despesa corrente de 2010 seja praticamente igual ao orçamento de despesa de 2009, 61,7 milhões de euros, quer em 2009, quer em 2010.-----

Relativamente ao Plano Estratégico de valorização e Desenvolvimento do turismo, queria esclarecer que este foi um Plano desenvolvido num processo de ampla participação de actores públicos e privados, sociais, culturais e também de toda a nossa população. Este trabalho foi feito com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Foi um trabalho que demorou alguns anos a ser elaborado, está concluído e é preciso pô-lo em prática. E o pô-lo em prática um Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, não passa como todos entendemos exclusivamente pela intervenção da Câmara. É necessário que todo um conjunto de actores chave, de actores públicos, privados, actores institucionais intervenham para que este Plano que tem que ser monitorizado, mas para que este Plano possa começar a ser posto em prática. E por isso a Câmara Municipal aprovou a celebração de um protocolo de colaboração com a nossa Agência de Desenvolvimento Local Arribatejo, para que este Plano Estratégico comece a ser implementado. E qual é o compromisso das partes? O compromisso das partes vai no sentido de que seja constituído uma plataforma de actores, no âmbito da Arribatejo e para que seja desenvolvido um plano integrado de acção plurianual. Ou seja, todos os actores locais e não só, fundamentais para a concretização deste Plano e obviamente para o desenvolvimento do turismo no nosso Concelho, devam e devem convergir para a concretização de um conjunto de projectos estruturantes e de um variadíssimo número de medidas que estão perfeitamente definidas e elencadas neste Plano. Portanto, deixo aqui este contributo, deixando também naturalmente o convite para um melhor conhecimento e acompanhamento da concretização deste Plano tão importante para a promoção do turismo e das indústrias que a ele se associam no nosso Concelho. Queria também deixar a nota de que nós temos nestas Grandes Opções do Plano, também na área da Cultura uma orientação para a realização, o reforço da realização de grandes acontecimento de nível nacional e internacional, nomeadamente na área da Música, mas não só, também no Teatro, na Dança, no sentido de afirmar o nosso Concelho como cada vez mais um Centro de eventos culturais de nível Nacional e Internacional.-----

Naturalmente que também queria referir-me a uma outra questão aqui trazida e que tem a ver com as AUGI's. As AUGI's no nosso País têm uma história, e eu penso que a boa história da AUGI's, do processo de reconversão de amplas áreas retalhadas ilegalmente, à revelia das Câmaras Municipais, um dos grandes e bons exemplos que existe no País tem lugar exactamente em Almada. E Almada com outros Municípios contribui para que a Lei das AUGI's fosse elaborada na Assembleia da República, demos uma importante contribuição técnica e política para que a Lei aprovada na Assembleia da República tivesse o alcance que tem. E a nossa prática a nossa experiência foi desenvolvida exactamente com as principais vítimas do processo de loteamentos ilegais no nosso País. Foi desenvolvido com os proprietários, não existia Lei das AUGI's, mas já no nosso Concelho existia todo um processo no sentido da reconversão



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dessas áreas. Comissões de Proprietários, foi assim que começaram por se chamar. Gabinete Municipal para acompanhar, dinamizar, criar condições, foi assim. Num tempo em que não existiam nas Câmaras Municipais Direcções de Departamentos, Chefias de Divisão, não existia a possibilidade de as Câmara Municipais terem a sua estrutura orgânica como hoje têm. Estamos a falar dos anos 70, principio dos anos 80. Lembrar que as Câmaras só puderam começar a ter a sua estrutura orgânica, ou seja, ter chefias para além do encarregado, do chefe de secção e do chefe de repartição a partir de 1986. Mas até 1986 houve um grande trabalho com toda a imaginação, toda a criatividade e toda a capacidade que os eleitos tiveram para organizar as pessoas, os funcionários, de modo a que os problemas não ficassem a eternizar-se sem solução e portanto aí foi o grande momento, criar um Gabinete para as AUGI's, ir para o terreno, andar à chuva e ao sol, organizar as pessoas e começar a mostrar os melhores resultados. Foi em Almada que primeiro o Alvará de reconversão de uma AUGI neste País, foi aprovado. E daí para cá são muitos e muitos, e muitos os bons exemplos de reconversão. Mais de uma centena, seguramente. Muitas Comissões de Proprietários actuates, cada um com a sua dinâmica. Em que os proprietários elegem a sua Comissão ou destituem consoante o entendem porque são absolutamente autónomos. Temos de facto uma política que se baseou no respeito por todos. No princípio da igualdade entre todos os cidadãos do nosso Concelho. E portanto hoje essa política com frutos deve prosseguir. Agora não com Gabinetes de Reconversão, mas com Divisões de Gestão e Administração Urbana. É assim que está a acontecer na nossa Câmara Municipal. E portanto, aqui diz-se que a política de incentivo, de dinamização, de apoio, vai prosseguir. Com grande empenho dos dirigentes e naturalmente como sempre dos eleitos locais, reunindo com as pessoas, indo ao terreno e encontrando as soluções mais adequadas a cada momento, sobretudo com uma enorme capacidade para ouvir e para trabalhar com as pessoas. Para encontrar as soluções para os problemas, temos muitas experiências e muito diversas no nosso Concelho. É preciso continuar com esta riqueza porque a reconversão das AUGI não é um processo linear, não é chapa 3, que se cria e que dá para todas as situações. Exige dedicação, disponibilidade, capacidade de ouvir e trabalhar com as pessoas. Mas com princípios e o princípio da equidade, o principio do tratamento igual para todos os cidadãos.-----

Em relação às questões da limpeza queria dizer que também nas orientações, nós estamos a falar de orientações gerais, continuo a sublinhar, nós temos como orientação o reforço e modernização dos equipamentos operacionais, está cá, reforço e modernização para além da organização, para além da qualificação dos recursos temos o reforço e modernização dos equipamentos operacionais. E também temos sem estarmos a assumir qualquer compromisso que não devemos, nós trabalhamos com os parceiros e os parceiros também são as Juntas de Freguesia, parceiros institucionais, órgãos autárquicos locais, mas também se refere nas orientações do nosso Plano. E então também se diz que vamos aprofundar a reflexão e avaliação sobre a descentralização e cooperação, mas vamos fazê-lo com as Juntas de Freguesia. É também uma orientação geral no nosso documento. Indo agora às outras questões, talvez fosse interessante deixar para o fim depois de ter ouvido os Srs. Deputados Municipais





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

não sei o que vão acrescentar. E se calhar é mesmo isso Sr. Presidente talvez ouvir um pouco mais a Assembleia para depois responder."-----

6.1.1.11 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É apenas para dizer que se lamentável é de facto, se havia pareceres a fundamentar todos os actos da Câmara legalmente, tendo estes requerimentos que apresentados no início deste Mandato, também tinham sido apresentados em Agosto e Setembro, porque é que então não foram dadas as respostas. Porque não tendo sido dadas as respostas presumimos aquilo que se presumiu."-----

6.1.1.12 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Depois de ouvir a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara naturalmente algumas questões que eu gostava de colocar e que têm ver com o seguinte, começando efectivamente pela questão das AUGI's, é evidente que não está em causa que Almada tenha sido um bom exemplo, até porque este problema conhecemo-lo todos como é que ele nasceu e não vale a pena estar aqui a fazer a história dele. Agora, o que importa efectivamente são questões concretas, e a Sr.<sup>a</sup> Presidente fez aqui uma retrospectiva daquilo que foi, que serviu do ponto de vista cultural para nos alimentar a todos aquilo que por ventura já não nos lembrávamos ou aqueles que naturalmente não conheciam, mas esse não resolve o problema concreto. O problema concreto é saber exactamente quantas AUGI's há neste momento no Concelho de Almada. Essa é que é a questão concreta. E quantas experiências é que a Sr.<sup>a</sup> Presidente aqui referiu, experiências positivas e experiências negativas, porque nas experiências há as duas coisas, há as positivas e há as negativas e temos que saber e recolher essas experiências daqueles que são as positivas e as negativas.-----

Eu gostava de saber, a Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu muitas, quais foram as positivas e as negativas, ou seja, no fundo aquilo que se passa neste momento é que há situações Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, e tem que naturalmente aceitar isso, que há situações neste momento no Concelho de Almada para resolver há mais de vinte anos. E eu não estou aqui a tornar culpas, se a culpa é do Pedro, ou é do Paulo para referir os apóstolos, não estou a referir isso. É preciso é sabermos efectivamente e é preciso é resolver. Mais do que importante é preciso é resolver o problema. E a Sr.<sup>a</sup> Presidente sabe e todos nós sabemos que na verdade neste momento há situações para resolver há muitos anos e que as pessoas por mais voltas que dêem nos labirintos da Câmara Municipal não conseguem resolver esse problema e isto digo-lhe uma coisa com toda a sinceridade, era um apelo que eu lhe fazia, era o seu empenho pessoal para que estes problemas fossem resolvidos, porque as pessoas são vítimas disto. E era bom que se fizesse aqui um pacto digamos assim, para resolver estes problemas às pessoas. Eu não sei se é preciso isto ou é preciso aquilo, mas aquilo que for preciso que se diga para se resolver os problemas. Porque é um problema grave para muita gente. E eu estou convencido, por aquilo que eu conheço da Sr.<sup>a</sup>, que a Sr.<sup>a</sup> é a primeira interessada em resolver isso. E que ficasse hoje aqui claramente o seu compromisso de resolver estes problemas das AUGI's. Depois Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu gostava de lhe dizer o seguinte relativamente à questão da limpeza. Eu gostava de ouvir da Sr.<sup>a</sup> Presidente, porque isto é assim, os parceiros, os meios partilhados são



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

efectivamente com as Juntas de Freguesia. E eu tenho para mim, enfim é minha opinião que temos debatido no seio do Partido Socialista de que era importante sobretudo naquilo que são as Juntas, as chamadas Juntas Rurais que hoje já não têm nada de ruralidade, são Juntas Urbanas como as Juntas da Cidade, mas sobretudo pela distância a que elas se encontram e estou a falar nomeadamente da Trafaria, da Costa da Caparica, da Sobreda, da Caparica e da Charneca haveria todas as condições para que se encetasse um processo, um processo naturalmente de alguma experiência de descentralização efectiva da limpeza urbana para essas Juntas de Freguesia. E nestas coisas nós temos que fazer experiências, e eu estou convencido, é minha convicção, posso estar enganado, pela experiência que tenho de que se iniciasse este processo e todos nós devemos fazer iniciação dos processos por formas faseadas, por patamares, eu estou convencido de que transferindo meios humanos e meios materiais de que a Câmara se libertava de um processo que é hoje muito complicado e susceptível de críticas de todo o lado e que algumas delas partem até do interior da própria Câmara, de que se poderia resolver esse problema. De resto se reparar, os meios hoje que estão nas Juntas são iguais aos meios de há vinte anos atrás e a realidade hoje é muito diferente e a Sr.<sup>a</sup> Presidente sabe, as urbanizações que foram construídas, o aumento da população sobretudo nessas Juntas que requerem meios naturalmente à disposição para responder aos cidadãos no que diz respeito à limpeza. E era essa abertura que não nos fechássemos numa caixa, como tudo fosse como no passado, era essa abertura que fosse feita para que efectivamente se considerasse que há algo de novo e que era importante mudar. O pior que pode haver é a gente considerar que tudo está bem, e o pior que pode haver é a gente considerar que as pessoas quando falam são nossos inimigos e que quando estão a falar não estão a contribuir de uma forma positiva. Não. Eu quero-lhe dizer que o meu discurso é sempre um discurso positivo. Eu estou aqui e a minha bancada é para contribuir e não para destruir e eu gostava que a Sr.<sup>a</sup> Presidente entendesse isso e nas críticas que nós fazemos são críticas positivas e tivesse uma abertura para ver se isso tem ou não (como se diz na sua terra e na minha) pernas para andar."-----

6.1.1.13 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Começa este documento da Câmara Municipal de Almada por dizer que três décadas e meia de transformações em Almada nos colocaram na linha da frente dos Concelhos mais desenvolvidos de Portugal. Eu quero acreditar que é verdade. Não sei muito bem, temos três décadas e meia, não queria estar a analisar todas, mas estava aqui a reparar por exemplo em 2005 o ranking do Expresso, segundo os dados da Agência Portuguesa do Ambiente colocam Almada nas quinze cidades com maior poluição atmosférica de Portugal."-----

Em 2007, talvez o maior estudo sobre cidades portuguesas que foi feito até hoje também do Jornal Expresso sobre quarenta cidades, Almada foi colocada em 34<sup>º</sup>, mas pior, com péssimos indicadores quanto a qualidade de espaços públicos, qualidade urbanística, espaços verdes, relação com a água e a paisagem, património, alojamento turístico e comércio. Ou talvez um estudo da Professora Helena Nogueira da Universidade de Coimbra, de 2008, que mostra que o Concelho de Almada é o Concelho com



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a maior, elevada privação sócio-material a Sul da Área Metropolitana de Lisboa. Ou talvez ainda este ano o estudo da DECO, que diz que Almada é uma das Cidades com mais crime e com uma incidência de crime superior a 27%. Eu não sei se estes indicadores nos mostram que Almada está na linha da frente, se calhar há outros. Gostaria de um esclarecimento no que diz respeito a isso. Por outro lado queria congratular-me pela Sr.<sup>a</sup> Presidente ter tido um fim-de-semana bastante mais esclarecedor provavelmente e consegue hoje dar-nos algumas respostas que não nos conseguiu dar na sexta-feira. Em relação ainda ao Plano que nos é apresentado dos SMAS, eu continuo a lamentar, já o digo há muitos anos, que o tarifário da água seja tão penalizador para famílias numerosas. E era altura de Almada poder ter um tarifário de água per capita, era mais justo e favorecia as famílias que têm maior dificuldade.-----  
Depois, em relação ao Mapa de Pessoal, a informação que é prestada aos Deputados Municipais é francamente insuficiente, porque apresenta-se uma distribuição actual pelos cargos em que estão atribuídos, apresenta-se depois as necessidades sem qualquer justificação e sem qualquer distribuição. Convenhamos que aquilo que se pede a esta Assembleia é um cheque em branco à Câmara Municipal de Almada relativamente a esse pessoal que representa para além do mais um encargo financeiro de longa duração e para o qual devíamos estar mais habilitados. De facto aquilo que parece é que o texto que introduz, muito interessante, em alguns parágrafos não é materializado depois. Nós temos um Plano Plurianual de Investimentos que em nada traduz as Opções do Plano e as intenções que a Câmara Municipal de Almada apresenta. Este parece muito mais o Plano de Investimentos e o Orçamento 2010, parece muito mais um Orçamento de continuidade, um Orçamento que não faz qualquer ruptura com o passado, ruptura que parece anunciada nessas Opções do Plano. Bom, enfim é o Orçamento desta Câmara Municipal, é o Orçamento que conta também com a aprovação tácita do Bloco de Esquerda que não conseguiu materializar aquilo que foi o sentido de votação dos almadenses e é pena que de facto não se veja a quatro anos o mínimo indício daquilo que se anuncia para dez."-----

6.1.1.14 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Gostaria de fazer o ponto de situação relativamente a estas duas Sessões em que estamos a discutir o Orçamento, nomeadamente e partindo do princípio que muito brevemente iremos passar à votação deste documento para como é natural pedirmos para que a votação possa ser feita separadamente no que diz respeito aos dois documentos dos SMAS. Que os quatro documentos possam ser votados separadamente. No que diz respeito à indicação de votação do PSD, gostaria de fazer duas ou três notas, no que diz respeito ao documento dos SMAS que foi aqui trazido à discussão e sobre a qual nós não fizemos até à data nenhum comentário. Para fazer uma pequena referência ainda relativamente a uma Moção que foi aprovada por maioria na primeira Sessão desta Assembleia, no que diz respeito a uma breve nota que na altura não foi oportuno fazer esse comentário, em que se referia que a gestão privada nomeadamente associada à gestão dos recursos como o caso da água é tendente, ou tem uma tendência muito grande para que seja associada à corrupção. Pessoalmente gostava que ficasse aqui uma nota, isso está na Moção que foi apresentada pela CDU, que a gestão privada da água por norma vem associada, ou existe



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

uma tendência muito forte para que possa ser associada à corrupção. Na altura não foi oportuno fazer esse comentário, mas uma vez que estamos aqui a aprovar os documentos dos SMAS e que irão passar à votação, referir que o PSD nunca teve qualquer dogma relativamente a essa questão, existe boa gestão e má gestão, existe boa gestão pública e má gestão pública, existe boa gestão privada e má gestão privada. Portanto, não é pelo facto de haver gestão privada que por alguma forma isso possa haver uma tendência para que esteja associada à corrupção. Fica aqui esta nota e no que diz respeito aos documentos dos SMAS o PSD irá abster-se, é um documento essencialmente técnico. Concordamos na maioria das acções que são preconizadas, simplesmente como é natural temos também a nossa visão da maneira de gerir e portanto esse é o nosso sentido. Não me consigo conter relativamente à sexta-feira passada e naturalmente àquele momento estranho que aconteceu aqui, para dizer também que pelo menos do ponto de vista dos dossiers do Plano Estratégico do Turismo e da reconversão das AUGI's a Sr.<sup>a</sup> Presidente teve realmente um fim-de-semana bastante produtivo no estudo destes dossiers.-----

Relativamente à questão e ainda no âmbito das notas, relativamente à questão que foi levantada, debatida e a moção sobre a limpeza, foi aqui feito um apelo pelo Sr. Deputado Miguel Duarte à descentralização, só para recordar que infelizmente a CDU votou contra a descentralização que era um dos itens deliberativos dessa Moção. Portanto, se isto antecipa de alguma forma a resposta que procura, penso que passará por ser muito essa mesma. No que diz respeito à reconversão das AUGI's, mais uma vez um tema que foi aqui substancialmente debatido, lançar também aqui uma proposta, temos uma Loja do Município porque não criar um serviço, um atendimento especial uma vez que foi aqui referido também que esta é uma questão colocada por vários Grupos Municipais, não foi só o PS, também em todos os nossos programas isso é considerado fundamental, porque não associar já que temos um balcão dedicado apenas ao atendimento ao Município, porque não associar um atendimento especializado sobre este assunto e assim ajudar a que esta questão seja pelo menos bastante avançada neste Mandato?-----

Relativamente à votação dos documentos nomeadamente dos Mapas de Pessoal, nós iremos votar favoravelmente, no que diz respeito às Opções do Plano e Orçamento do Município para 2010 enfim, na sequência daquilo que foi a nossa intervenção na última Sessão, o PSD irá votar contra."-----

6.1.1.15 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

As críticas da oposição reportaram-se sobretudo ao modo como o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2010 foi elaborado:-----

Falta de participação. Falta de abertura a outras propostas-----

Importa então lembrar e esclarecer o seguinte:-----

Os Órgãos Autárquicos foram instalados em 30 de Outubro; a 1ª reunião de Câmara teve lugar a 4 de Novembro — a 1ª reunião da Assembleia Municipal teve lugar a 9 de Novembro. Dois dias depois, 11 de Novembro, estavam reunidas as condições para o pleno funcionamento da Câmara, começaram então os trabalhos para a elaboração das Grandes Opções do Plano pelos serviços e Vereadores a tempo inteiro. Foi concertada de imediato a agenda com os eleitos da oposição tendo em conta a sua disponibilidade.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

As reuniões com a Oposição iniciaram-se dois dias depois da reunião com os Vereadores a tempo inteiro. Foram realizadas entre 13 de Novembro e 17 de Novembro, com cada força política, uma reunião, tendo havido uma última, e pela 2ª vez, com uma das forças políticas, a 20 de Novembro. Em 24 de Novembro foi enviado o projecto das Grandes Opções do Plano 2010 a todos os Vereadores. Em 27 de Novembro, não tendo havido qualquer comentário ao seu conteúdo, foi agendada a proposta para a reunião de Câmara de 2 de Dezembro. No dia 7 de Dezembro foi a proposta enviada à Assembleia Municipal. No dia 14 de Dezembro reunimos com a Comissão de Administração e Finanças da Assembleia Municipal, ou seja passado um mês e meio sobre a instalação dos órgãos autárquicos. Foi assim possível, a menos de dois meses da Instalação da Câmara e da Assembleia, estarmos hoje a debater as Opções do Plano e Orçamento 2010.-----

Importa Agora Esclarecer o Seguinte:-----

- A Visão Estratégica é de facto, aglutinadora da grande maioria dos conceitos colocados à reflexão nas eleições autárquicas pelas diferentes sensibilidades políticas. Claro que não incorpora, como é obvio, os conceitos da Oposição quando conflituantes com os compromissos assumidos pela maioria com o eleitorado.-----

Quer isto dizer que foram analisados todos os programas eleitorais, de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal.-----

- A proposta que dá início ao novo ciclo de gestão autárquica, incorpora todos os compromissos assumidos pela força política vencedora. Não se poderia esperar que assim não fosse. Mas também incorpora a grande maioria das ideias das outras forças políticas considerados que foram os seus contributos no âmbito do processo de elaboração.-----

- Diz-se na proposta para decisão que as Opções do Plano decorrem da Visão Estratégica, apresentando-se em sete Eixos de Desenvolvimento com as respectivas Linhas de Orientação Gerais, as quais darão lugar em cada ano a Linhas de Orientação específicas, actividades, projecto e acções.-----

Vejamos então, nas Linhas de Orientação Gerais, necessariamente genéricas, onde se encontram considerados os contributos da oposição, repito - não conflituantes com os compromissos da maioria.-----

No Eixo 1 - Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico-----

Na Linha de Orientação Geral 1.1. — O processo de revisão do PDM, com base na mais ampla participação, os compromissos ambientais e de transformação de zonas em situação de tendencial abandono.-----

Na Linha 1.4. — O máximo apoio à reconversão das AUGI's no quadro de uma política baseada no princípio da equidade e Justiça social no tratamento dos cidadãos do Concelho. Incrementar e dinamizar os processos de reconversão.-----

Na Linha 1.5. — A reabilitação urbana essencialmente nos núcleos históricos a par da Campanha Habitar é Conservar.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Na Linha 1.7. — Contribuir activamente para a execução do Plano de Almada Nascente — Cidade da Água (integrando a Sociedade Executora Local, no âmbito do “Arco Ribeirinho Sul”) de cuja execução resultará a rede viária estruturante de ligação à cidade consolidada.-----

Na Linha 1.8. — O cumprimento integral do Polis da Costa da Caparica, todos os investimentos Polis pela Sociedade CostaPolis, e os investimentos complementares pelo Governo.-----

Na Linha 1.12. — Apoio à promoção do Comércio Tradicional em geral, e ao programa estratégico para a promoção do Centro da Cidade.-----

Nas Linhas 1.14., 1.15. e 1.16. — As questões do desenvolvimento económico, passando nomeadamente pelas áreas profissionais ligadas ao ensino superior, à investigação e às novas tecnologias, pelos incentivos ao investimento no Concelho - no Turismo, nas indústrias (criativas e de base tecnológica) e pela acção do Madan Parque e das Agências de Desenvolvimento já existentes.-----

Na Linha 1.18. — Dezenas de projectos de regeneração urbana, que vão contribuir para a dinamização socio-económica com a revitalização e a criação de postos de trabalho, em significativas áreas do Concelho.-----

No Eixo 2— Ambiente Biodiversidade e Energia-----

Na Linha 2.7. — Fomentar as funções agrícolas do território (as denominadas hortas urbanas) a partir da Estrutura Ecológica Municipal.-----

Na Linha 2.12. — O Plano de Recolha de RSU e Limpeza Pública, aperfeiçoando e adequando continuamente os sistemas de limpeza, com o reforço e modernização dos equipamentos operacionais e a optimização dos modelos de gestão tendo como objectivo uma manutenção de qualidade do espaço público.-----

Na Linha 2.14. — A Estratégia Local de Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade, para motivar e mobilizar a nossa comunidade para a salvaguarda do património natural, o consumo sustentável, a eficiência energética, o uso de energias renováveis, a reciclagem de resíduos, a mobilidade sustentável, a agricultura urbana as alterações climáticas.-----

No Eixo 3— Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público-----

Na Linha 3.1. — Avaliar e aprofundar o Plano de Mobilidade “Acessibilidades 21” (formalmente designado “Estudo Acessibilidades 21: Plano de Deslocações Almada/Laranjeiro” e alargá-lo a todo o Concelho para garantir deslocações urbanas mais eficientes e sustentáveis (segurança e fluidez da circulação, gestão do estacionamento e articulação entre os diferentes modos de transporte) contribuindo simultaneamente para a elaboração do Plano Metropolitano de Deslocações Urbanas pela Autoridade Metropolitana de Transportes.-----

Na Linha 3.3. — Desenvolver a Rede de Estacionamento, alargando a oferta de parques de estacionamento de uso público, adoptando nos parques municipais regulamentos e tarifários adequados à sua função e integrando um sistema de “eco-parking” que promova os veículos eléctricos e híbridos.-----

Na Linha 3.4. — Pugnar pela extensão do MST à Costa da Caparica em execução do Polis, com a concretização da 1ª fase a curto prazo.-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

No Eixo 4- Educação, Formação Conhecimento e Juventude-----

Na Linha 4.3. — Proceder à avaliação e revisão da Carta Escolar. Monitorizar as necessidades e projectar o investimento no parque escolar a curto, médio e longo prazo, no sentido de garantir a “escola a tempo inteiro”.-----

No Eixo 5— Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança-----

Na Linha 5.5. — Promover a realização de grandes eventos nas áreas do Teatro, da Dança e da Música.---

Na Linha 5.6. — Promover Almada como território da cultura e da criatividade.-----

Nas Linhas 5.14. a 5.21. — Assegurar a implementação no quadro da Rede Social do Concelho do PDS enquanto instrumento estratégico de combate à pobreza e exclusão social e da promoção da igualdade de oportunidade entre cidadãos, através de múltiplos projectos.-----

Nas Linhas 5.24. — O Plano Plurianual de Conservação do Parque Habitacional do Município, e a conservação regular.-----

No Eixo 6- Informação, Participação e Governança-----

Na Linha 6.8. — Aprofundar e diversificar os mecanismos de participação, promovendo o reforço e o envolvimento dos cidadãos, das entidades e das instituições locais na resolução dos problemas e na Estratégia Local de Desenvolvimento.-----

Na Linha 6.13. — Aprofundar a promoção do Concelho e das suas actividades, valorizando em especial as oportunidades de investimento.-----

Na Linha 6.14. — Aprofundar a reflexão/avaliação sobre a descentralização e cooperação, com as Juntas de Freguesia.-----

No Eixo 7— Modernização e Valorização do Serviço Público-----

Na Linha 7.3. — Investir no “Atendimento Municipal Multicanal” quer no Balcão Único, quer nos balcões especializados, “contact center”, e serviços on-line com postos Internet nas Freguesias.-----

Ou seja, em 135 Linhas de Orientação Gerais, necessariamente genéricas, porque de Orientações se trata, foram incluídos quase todos os contributos da oposição, em 32 dessas Linhas de Orientação.-----

As Grandes Opções do Plano confirmam que Almada é um Concelho com Estratégia, e onde são respeitadas todas as sensibilidades.-----

Isto é, também em 2009, a oposição foi chamada a contribuir e os seus contributos foram considerados e integrados, quando não conflituantes com os compromissos assumidos, com a população, pela força política maioritariamente votada nas eleições autárquicas do passado dia 11 de Outubro.-----

Assim foi no passado e assim se apresenta nas grandes Opções do Plano para 2010."-----

6.1.1.16 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Declaração de Voto do Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista-----

O Partido Socialista tem um Projecto para Almada, consubstanciado no Programa Eleitoral que apresentámos ao eleitorado nas eleições do passado mês de Outubro.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É a esse programa que os autarcas socialistas estão vinculados e é com base nele que são construídas as propostas e definidas as posições.-----

Essa visão de futuro não tem correspondência na proposta de “Opções do Plano e Orçamento para 2010” agora em apreciação na Assembleia Municipal de Almada.-----

À proposta, falta visão e ambição, ao que se junta uma acentuada travagem da actividade e do investimento proposto, que regista um recuo de quase 20 milhões de euros relativamente ao orçamento de 2009.-----

Os vereadores do PS, na reunião da Câmara Municipal que analisou e votou o projecto de Opções do Plano e Orçamento, apresentaram um conjunto de propostas visando contribuir para o enriquecimento do documento inicial. Apenas uma delas foi vertida para texto agora presente a esta assembleia. Todas as restantes foram inviabilizadas pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que, numa atitude inaceitável, recusou liminarmente a sua votação. Esta recusa veio condicionar todo o processo, diminuindo não só a qualidade do documento mas empobrecendo também a vida interna da autarquia.-----

As propostas apresentadas pelo PS davam resposta a um conjunto de preocupação e anseios, contemplando designadamente:-----

- Uma aposta estratégica na requalificação da Costa da Caparica, elevando o seu potencial turístico e afirmando-a como grande complexo de praias, de nível metropolitano, activo todo o ano. Concretamente perspectivavam-se os projectos de construção de uma piscina oceânica e de um anfiteatro ao ar livre, infra-estruturas indispensáveis a actividades de animação e de apoio à realização de um grande Festival de Verão;-----
- Um impulso visando acelerar a reconversão das AUGI, pela criação de um fundo municipal de Urbanização;-----
- Um reforço da reanimação do centro da Cidade de Almada e de investimento na modernização do comércio tradicional, criando um Fundo de Investimento na Modernização do Comércio Tradicional e apoiando iniciativas de animação do espaço público.-----
- A revogação do Plano de Mobilidade “Acessibilidades 21”, substituindo-o por um novo plano concebido para todo o Concelho, capaz de ultrapassar os constrangimentos vividos e sofridos pela população em geral e denunciados pelos comerciantes;-----
- Uma intervenção na rede viária contribuindo para uma melhor resposta às necessidades de um município dinâmico;-----
- O reforço do investimento na rede da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, perspectivando a superação num prazo de quatro anos da situação de atraso vivida no Concelho. Com efeito, apesar do investimento feito nas infra-estruturas inauguradas em 2009, ainda estão afastadas do usufruto da escola a tempo inteiro mais de 120 turmas do primeiro ciclo do ensino básico e muitas crianças entre os 3 e os 5 anos continuam sem acesso ao pré-escolar público.-----

O PS não concorda com esta orientação que atrasa a resposta às necessidades sentidas hoje e que poderiam ter resposta agora.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Votamos contra a proposta de “Opções do Plano e Orçamento para 2010” convictos de que interpretamos a vontade e os superiores interesses dos almadenses, que não deixarão de responsabilizar todos os que, pelo voto favorável ou pela abstenção, convergem no adiar do futuro a que a cidade tem direito.”-----

6.1.1.17 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos a chegar ao final do debate, o essencial das razões do nosso voto estão suficientemente expressas em todas as intervenções da bancada da CDU e também obviamente nos próprios Planos e nas intervenções da Sr.<sup>a</sup> Presidente e do Sr. Vereador dos SMAS. De qualquer maneira algumas referências finais a todo este debate e ao nosso sentido de voto.-----

É com forte convicção que votamos favoravelmente os documentos que nos foram apresentados e se encontram em debate. É um Plano de uma Autarquia e não do Governo. Deve ser avaliado à luz das competências, responsabilidades e limites do poder autárquico. No contexto do País que somos e da crise estrutural que atravessamos. De uma Lei das Finanças Locais e de uma relação de poder entre o central e o local que não favorecem as autarquias em geral e, seguramente, não o fazem em relação ao Município de Almada.-----

Trata-se de opções de planos e orçamentos que nos são apresentados em início de mandato, nas condições limitadas no tempo que todos conhecemos, o que, de resto, não afecta em nada a sua grande qualidade.-----

Apesar de ser necessário e justo fazer este enquadramento, a avaliação muito positiva que fazemos dos documentos que agora nos são apresentados não é realizada face à relatividade destes contextos, mas em termos absolutos, sobre a qualidade intrínseca dos Planos e Orçamentos em si mesmos.-----

Sendo Planos de início de mandato apresenta-se como continuidade e aprofundamento de um projecto sempre maioritariamente sufragado pela população do Município. A sua preparação incorporou reuniões de trabalho com as restantes forças políticas. As suas propostas incorporam as inovações que a vida impõe. Inclui a conclusão dos investimentos transitados e em curso, o prosseguimento dos de natureza plurianual e os novos compromissos para o mandato. Estruturado em sete eixos de desenvolvimento, revela uma integração e articulação dos projectos e acções contidos em todos eles, suporta-se num Orçamento cuja solidez garante a sua concretização. Em suma, prossegue e aprofunda o desenvolvimento de um projecto estratégico consistente com o que nós identificamos, porque serve os interesses dos almadenses e cuja elevada qualidade temos relevada e reafirmada.-----

Ao longo deste ponto da Ordem de Trabalhos, intervenções das diversas forças políticas aconteceram, foram regra geral intervenções justificadas de voto não favorável. Ou porque têm outras opções, o que é, obviamente legítimo e inquestionável. Ou porque afirmam que a CDU é surda a propostas alheias, o que merecerá algum comentário. Ou porque transfiguram a realidade dos modos que convém ao argumento, o que não é aceitável. Se genericamente estivéssemos de facto a falar de contributos para a cooperação com o Governo do Município no interesse das pessoas, muito mais fácil seria estabelecer pontes de diálogo em torno de questões concretas. Mas o que se verifica pelo tom e conteúdo de muitas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

intervenções, havendo alguns pontos de exceção, é a emergência de uma luta político-partidária pelo poder, que, sendo legítima, não pode confundir planos de intervenção ou de intenções relativamente a alguns pontos específicos de algumas intervenções.-----

A intervenção do CDS-PP não pode nem deve ser levada a sério, de tal modo é grosseiro o modo como falsifica a realidade. De Almada não falou. Mas num tom oratório e sentencioso de juízo final, descreveu um qualquer lugar, que sinceramente esperamos que nem exista em lado nenhum do mundo, em pleno apocalipse irreversível.-----

Para o CDS Almada é um território sitiado por perigosos comunistas, mancomunados com o próprio demo a cultivar as trevas e a construir o inferno.-----

Para o CDS Almada continua a ser opaca, para nós é a vida a construir quotidianamente longe do paraíso cerejal que parecem defender. Naturalmente que, quando o CDS quiser falar de problemas reais, com verdade, quando o CDS aprender a respeitar-nos, pelo menos no modo de dizer, pode ficar certo de que, apesar de todas as diferenças que possam existir entre nós, ouvi-lo-emos com toda a atenção.-----

Discursos como o que fez, apenas merecem ironia. Até lá temos muito pena, mas há que seguir em frente.-----

A instrutiva polémica de sexta-feira passada entre o PS e o Bloco evidenciou que o PS pretende instrumentalizar o BE, de quem precisa para garantir uma oposição à CDU. Mas o BE não pode prescindir da imagem pública de oposição de esquerda. As bandeiras do BE continuam a ser a participação, as políticas sociais, as questões do trabalho e dos trabalhadores, as questões socioculturais e do associativismo, em suma questões muito sérias.-----

Pretende o BE afirmar-se, assim, em áreas que desde sempre constituíram matrizes fundadoras e questões nucleares de intervenção da CDU, por todas as razões e de todos conhecidas. O que, em si mesmo, nada nos perturba, muito pelo contrário. Se todos se preocupassem genuinamente com estas causas e nelas interviessem, teríamos um País e um mundo melhores. Mas o que o BE pretende é afirmar-se mais do que a CDU, o campeão destas causas. E o que nós não estamos dispostos a aceitar é a diluição de responsabilidades que o BE faz dos grandes causadores destes problemas, ou o ataque demagógico à CDU, como se a pseudo-negligência de que nos acusam só pudesse redimir-se pela acção do BE. Chegam ao ponto de afirmar que "propostas de BE (já agora, apesar de nos acusarem de não lhes termos ligado nenhuma) até agora ignoradas ou refutadas pela CDU" chegaram finalmente ao Plano. Afirmação que ambos, BE e CDU, sabemos não serem verdadeiras.-----

Relativamente ao PSD, não houve nada de novo na intervenção. A intervenção do PSD por um lado afirma o que é óbvio que têm propostas de desenvolvimento para Almada que devia ser diferente, têm outras visões, teriam outras decisões. Nada a opor, tudo normal. Depois, entram em algumas acusações. A acusação da unilateralidade da CDU, a intransigência do poder absoluto que não negocia e que ignora propostas concretas, sérias, o que nós em absoluto recusamos, aliás invocamos as ideias do reformismo democrático e nós perguntamos em, onde é que o PSD em nome das ideias do reformismo democrático alguma vez consensualizou ou aceitou propostas do PCP ou da CDU? É normal portanto que haja um



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

acordo ou uma tentativa de acordo à volta de questões concretas desde que elas se integrem na visão estratégica da força que ganhou as eleições. E ao fazê-lo obviamente mesmo nessas negociações há opções que são feitas e podem ser com uns ou com outros, porque não defendemos uma união municipal de todos as forças políticas.-----

O Partido Socialista é o que se propõe de modo mais óbvio, substituir a CDU no Governo de Almada, é também aquele que de forma mais evidente sempre subordinou a sua intervenção muito mais aos objectivos da conquista desse poder, que é legítimo, do que aos interesses dos almadenses e com isso nunca deixou de criar problemas à CDU, mesmo que isso também crie problemas aos almadenses. O que acontece nas propostas do Partido Socialista e que nós hoje por falta de tempo naturalmente não vamos apreciar em profundidade, mas de certeza vamos ter muitas opiniões de a elas regressar, o que elas mostram é a continuidade do Partido Socialista em fazer como sempre fez, ao longo de todos estes mandatos e como repete agora, colocar-se numa postura anti governo municipal e numa defesa permanente e num branqueamento de todas as questões que dizem respeito ao Poder Central. E nesta dialéctica entre o Central e o Local onde nós genuinamente desejamos, porque não podia deixar de ser que houvesse no interesse do Concelho uma cooperação permanente entre o central e o local, o que verificamos é que não existe. O PS ao fazer estas propostas de alteração no último momento em Sessão de Câmara algumas inclusive ilegais ou de legalidade duvidosa, já não digo em confronto com o próprio Plano de Desenvolvimento da Câmara, mas claramente propor um Polis, propor o desenvolvimento turístico da Costa, mais de quatro milhões de investimento em propostas destas (bem, mas eu de facto não tenho tempo, vou só apenas referir), como já foi na sexta-feira passada ou na quinta-feira, quando foi apresentada a proposta também relativamente às escolas, nós temos que invocar o histórico de todas estas situações, quem tem investido em quê? Quem tem assumido as suas responsabilidades? Quem tem feito o que deve? Quem se tem desleixado e não tem feito o que deve? E vem aqui invocar e exigir que outros façam aquilo que os que de facto deviam ter feito não fizeram. Mas isto apenas uma nota breve porque estas questões têm que ser tratadas com outra profundidade e sê-lo-ão certamente porque são questões importantes e a elas regressaremos.-----

Eu terminava rapidamente dizendo que os documentos que nos são apresentados aprofundam uma visão integrada do Município, visam a concretização de um número de acções ao nível do planeamento do território, do desenvolvimento económico e social, da mobilidade, das políticas de ambiente, educação, cultura, desporto, juventude e acção social.-----

A coragem destes Planos e destes Orçamentos merecem ainda maior realce se considerarmos o contexto em que se produzem. Crise acentuada e estrutural do País, agravada pelas condições internacionais, dificuldades económicas e financeiras que afectam muitos milhares de cidadãos.-----

Redução da capacidade financeira efectiva das autarquias locais: - sem compensações ao nível das transferências do Estado; - sem respeito pela regra da proporcionalidade, quer no Orçamento de Estado quer na Lei das Finanças Locais; - sem integração em PIDDAC de verbas para investimentos da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

responsabilidade da administração central no Concelho; - Sem pagamento das dívidas do Governo ao Município.-----

Apesar disto e das justas preocupações inerentes, através de uma política de rigor, os orçamentos, a par da contenção de encargos correntes, mantêm parte significativa da receita corrente para investimentos, descentralização para as freguesias e asseguram o cumprimento das opções contidas no Plano.-----

Por todas estas razões, pela evidência de um estilo de trabalho que consagra, acolhe e valoriza os processos participativos na construção dos projectos e das realizações, pela capacidade negocial permanente equilibrando com firmeza a defesa dos interesses das populações com o necessário diálogo institucional aos mais diversos níveis, pelo desenvolvimento de uma política orientada para o serviço público, ou seja, resolução dos problemas dos cidadãos, com um sentido permanente de justiça social e discriminação positiva. Por tudo isto votaremos favoravelmente.-----

Terminava desejando a todos os eleitos da Câmara, a todos os Trabalhadores da Câmara e a todos os Cidadãos e Organizações em particular aquelas que têm participado activamente na construção do nosso Concelho, votos pessoais e um 2010 cheio de felicidades e a continuidade e o aprofundamento de um excelente trabalho como têm vindo a desenvolver."-----

6.1.1.18 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Ironias à parte, até porque elas vão ficar registadas em Acta, e portanto as palavras que foram aqui proferidas caberão da responsabilidade de quem as proferiu.-----

Eu quero relembrar apenas esta Câmara que o CDS-PP foi eleito com cerca de 6% dos votos, para esta mesma Assembleia e portanto não estamos aqui, como é evidente, a fazer favores a ninguém, inclusivamente nós vamos continuar a ter as nossas ideias, os nossos projectos, independentemente de agradar ou não a alguém."-----

6.1.1.19 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu acho que o tom que usou o Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas é inaceitável numa discussão democrática, o Sr. Presidente noutras ocasiões já teve ocasião de intervir e chamar à atenção para isso, gostaria de ter ouvido também da sua parte alguma palavra a esse respeito. Mas dizer que o discurso do Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas estava preparado, qualquer que fosse a intervenção do CDS, porque aquilo que ele diz não corresponde em nada a nenhuma das palavras que foi dita na discussão deste Orçamento. Nem uma. Portanto, provavelmente terá saudades do tempo em que os militantes do CDS tinham que se refugiar dos ataques à sua sede, terá saudades desse tempo. Mas olhe, não é o CDS, pelo menos que ostenta no nome do seu Partido aquilo que é uma doutrina responsável por milhões de mortes na História da Humanidade. Pelo menos esse nome nós não temos."-----

6.1.1.20 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sr. Deputado, apenas dar nota porque me invocou, dizer que desde que não haja ofensas, ou algo que seja anti regimental, da minha parte e da parte da Mesa não haverá qualquer tomada de posição para chamar a atenção. Cabe aos Senhores politicamente dirimirem esses problemas, mas por favor não metam a Mesa nisso, porque a Mesa está cá para ajudar ao funcionamento da Assembleia e não para outra coisa."-----

6.1.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas:-----

6.1.2.1 - A Proposta N<sup>o</sup> 07/X-1<sup>o</sup> (1<sup>a</sup> Parte e 2<sup>a</sup> Parte), foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), dezoito contra (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: da Charneca de Caparica e da Trafaria, de eleitos do PSD e de eleitos do CDS-PP) e quatro abstenções (de eleitos do BE e do eleito do PSD - Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), através das seguintes deliberações:-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do n<sup>o</sup> 2, do artigo 53<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova as Opções do Plano do Município para o ano de 2010, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 02 de Dezembro de 2009.**-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do n<sup>o</sup> 2, do artigo 53<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Orçamento do Município para o ano de 2010, com o valor global de 92.885.983 Euros, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 02 de Dezembro de 2009.**-----

6.1.2.2 - A Proposta N<sup>o</sup> 07/X-1<sup>o</sup> (3<sup>a</sup> Parte), foi aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda e de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e catorze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: da Charneca de Caparica e da Trafaria e de eleitos do BE), através da seguinte deliberação:-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea o), do n<sup>o</sup> 2, do artigo 53<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do n<sup>o</sup> 2, do artigo 3<sup>o</sup>, e n<sup>o</sup> 3 do artigo 5<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aprova o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2010, com um total de 1855 postos de trabalho, nos precisos termos da deliberação do Executivo Camarário de 02 de Dezembro de 2009.**-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6.1.2.3 - A Proposta Nº 08/X-1º (1ª Parte e 2ª Parte), foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda e de eleitos do BE) e dezanove abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: da Charneca de Caparica e da Trafaria, de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e de eleitos do CDS-PP), através das seguintes deliberações:-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova as Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2010, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 02 de Dezembro de 2009.**-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2010, com o valor global de 30.169.290 Euros, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 02 de Dezembro de 2009.**-----

6.1.2.4 - A Proposta Nº 08/X-1º (3ª Parte), foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda, de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: da Charneca de Caparica e da Trafaria), através da seguinte deliberação:-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do nº 2, do artigo 3º, e nº 3, do artigo 5º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2010, com um total de 553 postos de trabalho, nos precisos termos da deliberação do Executivo Camarário de 02 de Dezembro de 2009.**-----

6.2 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 09/X-1º de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 02/12/2009, sobre "Afectação do domínio público municipal e Concessão de Exploração de uma área de serviço para automóveis e duas estações de serviços de abastecimento de combustíveis", (**Conforme ANEXO XVI**).-----

6.2.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.2.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Proposta que está em poder de todos e de todas os Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup>. Deputadas Municipais tem como objectivo a afectação do domínio público municipal e a concessão da exploração de uma área de serviço para automóveis e duas estações de serviço de abastecimento de combustíveis.-----

Pretende-se então que a Assembleia aprecie e decida sobre a afectação da parcela A, com uma área de 1.060 m<sup>2</sup> integrada no domínio público municipal a estação de serviço de abastecimento de combustíveis e também que autorize a Câmara a fazer um concurso público para a Concessão Exploração de uma área de serviços, portanto como atrás referi, aprovando o respectivo programa e caderno de encargos estarei disponível para vos adiantar."-----

6.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Pedro Maco; Fernando Pena; Ana Margarida Lourenço; José Joaquim Courinha Leitão; Armando Barata, o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Vereador José Gonçalves e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal.-----

6.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Dizia no ano 2003, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que a questão política está em retirar de dentro da Cidade as Bombas de Gasolina que progressivamente se vão retirando. Mas não tudo de uma vez, na medida em que há direitos adquiridos. São palavras da Sr.<sup>a</sup> Presidente no ano de 2003. A questão é o seguinte Sr.<sup>a</sup> Presidente, nós ainda consideramos aquela zona onde está prevista esta concessão, ainda dentro da Cidade. Aliás, pensamos mesmo que esta zona é cada vez mais o Centro da Cidade. Portanto, a chamada rotunda dos Bancos é para nós uma zona cada vez mais central, inclusivamente até porque as outras zonas devido às razões que nós sabemos, são cada vez menos centrais e estão cada vez mais desertificadas. Tendo em conta e já não falando na Bomba de Gasolina na Poente, vamos então falar naquela que está encostada a um gradeamento de uma Escola. Portanto, a nossa questão é apenas isto, se a Sr.<sup>a</sup> Presidente acha ou não que esta bomba de gasolina podia ser retirada, visto que temos todos os dias, diariamente os jovens, portanto neste caso a inalar gases que são provenientes dos automóveis, gasolina, os gasóleos e temos também os químicos visto que existe também ali um centro de lavagens. Portanto era só isto Sr.<sup>a</sup> Presidente, para quem gosta tanto dos jovens acho que ter uma bomba de gasolina encostada a um gradeamento de uma escola, nomeadamente onde os jovens fazem educação física, pensamos que é um contra senso. Era apenas isto Sr.<sup>a</sup> Presidente.-----

6.2.2.2 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria em primeiro lugar agradecer ter trazido à Assembleia palavras minhas de 2003, já não me lembro, mas leu e com certeza que corresponde àquilo que disse na altura. O que quero dizer é que de facto praticamente todas as bombas de gasolina que estavam na Cidade foram retiradas, o que quer dizer que houve um grande avanço e sendo essas as palavras não se pode deixar de confirmar que houve um trabalho e um empenho de conseguirmos alcançar esses objectivos.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação a este eixo, foi feito, gosto muito dos jovens, das pessoas em geral, em particular dos jovens, das crianças gosto muito e obrigada por ter lembrado isso, porque é uma simpatia da sua parte. Queria dizer que em relação a este eixo foi feita a devida análise ao nível técnico.-----

Relativamente à envolvente, trata-se de um eixo de entrada/saída da Cidade e foi considerado que não há inconvenientes e por outro lado é importante para a Cidade, é importante para quem vive na Cidade, para quem entra ou sai da Cidade, porque também a Cidade completamente desprovida, em absoluto desprovida de uma equipamento desta natureza não seria adequado. E daí manter a proposta que vem à Assembleia."-----

6.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Esta Proposta tem uma cláusula muito interessante de resgate de concessão e que não é tão despiciente quanto isso porque ela prevê aquilo que tem que ser a indemnização a pagar pelo Município em caso de resgate da Concessão.-----

Eu gostaria se algum dos Srs. Deputados Municipais me conseguir esclarecer, se a Sr.<sup>a</sup> Presidente ou alguns dos Vereadores me conseguir esclarecer, a fórmula que está na Clausula 14<sup>a</sup>, na página 18, nº 1 a), é absolutamente ilegível. Essa formula não é nada. E portanto como não é nada eu não percebo muito bem o que é que nós hoje estamos aqui a aprovar.-----

Eu fiz um esforço para tentar entender a formula, no lugar do E provavelmente deve estar um sigma maiúsculo, um símbolo de soma, ainda assim há aí um factor de -k no fim que é uma coisa estranha, eu imagino que falem uns parêntesis em torno de r-k, imagino. Depois está definido, isto é importante porque isto define aquilo que o Município tem de pagar de resgate. Depois está aqui um r que diz que é o anos de rescisão, mas não diz ano contado a partir de quando. Se é o ano civil, se é o ano a partir do contrato, se é o ano a partir do décimo ano a partir do qual se pode dar o resgate. E portanto, se esta formula não é corrigida aqui, não vejo que tenhamos condições de estar a aprovar uma coisa que traz responsabilidades futuras para o Município."-----

6.2.2.4 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

De facto o Deputado do CDS levantou aqui uma questão para a qual nós gostaríamos de ter resposta da Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu não sei de este é, presumo que seja um somatório e que não tenham descoberto o símbolo no teclado, agora o que é importante e sejamos claros, porque esta formula de facto e como disse o Sr. Deputado define aquilo que, pelo qual a Câmara estará obrigada a exercer o seu direito de resgate e portanto seria importante que a Sr.<sup>a</sup> Presidente caso saiba e caso tenha conhecimento para isso, consiga explicar se de facto esta formula está correcta para nós não estarmos a aprovar uma coisa que possa vir a prejudicar o Município. É só isso."-----

6.2.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sr. Presidente, para apresentar um Requerimento dado que não são prestadas explicações. É que devo dizer mesmo que ou não em torno do r-k faz muita diferença naquilo que é o montante. E portanto o meu Requerimento é no sentido de que esta proposta seja retirada, que seja esclarecida devidamente e que seja trazida a esta Assembleia numa altura em que esteja em condições de ser apreciada e votada. Porque o que nós temos aqui hoje é uma coisa disparatada, esta formula que está aqui é disparatada e portanto penso que não é nada prestigiante para esta Assembleia estar a aprovar uma coisa neste estado. E portanto, o Requerimento que apresento á Mesa é que esta proposta seja retirada e apresentada numa futura ocasião."-----

6.2.2.6 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Srs. Deputados, como todos entenderemos, estamos aqui perante uma proposta que tem também uma componente técnica. Avaliar uma fórmula, está bem, não está, o que eu me comprometo é esclarecer a formula, agora penso que inviabilizar o processo porque há uma formula que não está, não somos nós os matemáticos para podermos naturalmente estar a apreciar aqui uma situação destas. O Sr. Deputado levanta uma questão, ninguém sabe, enfim, nem eu tenho que ter essa competência para explicar a formula, agora posso é assumir que naturalmente em relação ao que aqui está vou esclarecer.-----  
Há uma formula que me pergunta se eu sei, eu não tenho naturalmente que ter conhecimentos matemáticos para lhe estar a explicar, mas de qualquer modo os Srs. são soberanos e decidirão como melhor entenderem. Eu da minha parte o que me responsabilizo se for essa a decisão, é de através do Sr. Presidente da Assembleia fazer chegar a todos o esclarecimento relativamente à formula. Vamos votar várias matérias e o Sr. está a situar-se relativamente a uma formula que não sabe se está bem se está mal e ninguém sabe dizer-lhe se está bem se está mal. Portanto o que importa aqui é que junto dos serviços haja a clarificação e depois a informação a todos vós relativamente ao que aqui é colocado, porque estamos perante uma matéria técnica e pronto não tenho mais a acrescentar senão isto. Se os Srs. entenderem não decidir, naturalmente volta à Câmara e depois virá o esclarecimento."-----

6.2.2.7 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
O Grupo do PS gostava de pedir a interrupção dos trabalhos, agora se antes da interrupção se vota ou não o requerimento é um critério do Sr. Presidente."-----

6.2.2.7.1 - Foi suspensa a reunião por dez minutos e reaberta para a continuação do debate.-----

6.2.2.8 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Eu queria em primeiro lugar agradecer ao Sr. Deputado Fernando Pena ter levantado a questão que levantou, não sei explicar obviamente nem é minha competência explicar matéria desta natureza, não sou formada em matemática, de qualquer modo estive a tentar entrar em contacto com o dirigente que supervisionou a proposta para obter algum esclarecimento, não consegui, desde que a Sessão foi suspensa que sistematicamente insisti e não consegui, portanto havendo dúvidas e não havendo



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

naturalmente da vossa parte a consideração de que a proposta depois poderia ser esclarecida, eu retiro a proposta."-----

6.2.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Armando Barata (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Não sobre esta proposta, mas sobretudo sobre a quadra natalícia que estamos a atravessar. Queria desejar à Exm.<sup>a</sup> Senhora Presidente da Câmara, Exm.<sup>os</sup> Srs. Vereadores Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Mesa, a todos os Deputados Municipais, aos Munícipes, ao pessoal da Assembleia Municipal e aos Jornalistas, desejar a todos um Santo Natal, um Ano Novo muito bom para todos, quer dizer aos almadenses."-----

7 - O Presidente desejou também as Boas-Festas a todos os presentes.-----

8 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----

9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro Boletim Municipal; Susana Mendes (Notícias de Almada) e de vinte e dois Srs. Munícipes.-----

10 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Maria Amélia de Jesus Pardal; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Paulo José Fernandes Pedroso; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Helena Maria Gomes Oliveira .-----

11 - Foi aprovada a Minuta da Acta.-----

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 22 de Dezembro de 2009.-----

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_